

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
ARIANNE KERN DE DUTRA CÓRIA

**O RECRUTAMENTO INFANTIL À LUZ DA TEORIA DAS NOVAS
GUERRAS: O CASO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO**

FLORIANÓPOLIS (SC)

2016

ARIANNE KERN DE DUTRA CÓRIA

**O RECRUTAMENTO INFANTIL À LUZ DA TEORIA DAS NOVAS
GUERRAS: O CASO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado. Orientador: Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende.

FLORIANOPOLIS (SC)

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 à aluna Arianne Kern de Dutra Cória na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora,

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende

Prof^a. Dr^a. Graciela De Conti Pagliari

Prof. David Fernando S. Villena Del Carpio

AGRADECIMENTOS

O processo de escrever uma monografia é desafiador. Não somente pelo tema que escolhemos, mas também por representar uma etapa de nossas vidas que se encerra. O fim da graduação simboliza o início da vida adulta, no qual responsabilidades e deveres são inerentes. Entretanto, o que pude perceber ao longo desse semestre, é que não devemos ter medo desses novos desafios, pois eles são os responsáveis pelas nossas conquistas e pela possibilidade de podermos criar um novo sonho e uma nova meta.

No início via a monografia como um fardo que todo o graduando tem que passar, entretanto, hoje vejo como um desafio conquistado que me trará novas oportunidades e me proporcionará outras experiências tão enriquecedoras quanto a graduação. Por esse sentimento, agradeço inicialmente à Wanda Helena Falcão, pessoa que me recebeu de braços abertos e que fez eu me apaixonar pelo tema da criança-soldado. Junto á ela, agradeço todos os integrantes do EIRENÈ e do Grupo de estudos sobre Infância, Conflitos Armados e África, em especial a Professora Doutora Karine de Souza Silva que me ajudou, inicialmente, com a escolha do tema e com sua orientação.

Gratifico da mesma forma a minha família, que esteve sempre ao meu lado e que apesar de eu não estar sempre de bom humor, me acolheu e entendeu o momento de vida que eu estava passando. Rosane Dutra, Alanna Kern, Luiz Felipe e Hélio David, essa monografia leva um pedaço de cada um de vocês.

Agradeço também aos meus amigos, que sem eles eu não teria conseguido terminar esse trabalho. Júlia Rodrigues, Gabriela da Silva, Deborah Abud, Nathália Rorato e Lucas Nienkoetter obrigada por estarem sempre na mesma fase que eu, tanto na alegria quanto no sufoco, um sempre ajudando o outro e nunca deixando ninguém para trás. Além disso, meus amigos da dança, em especial Julia Roberta, que me apoiou em todos os momentos necessários e me ajudou até mesmo sem perceber que uma dança significava, muitas vezes, um capítulo do TCC.

E por fim, agradeço meu orientador, Professor Doutor Lucas Rezende, que me aceitou como sua orientanda prontamente e sempre se mostrou solícito. Se hoje estou terminando a monografia é porque eu tive o apoio e orientação do senhor, por isso obrigada.

RESUMO

CORIA, Arianne K.D. **O Recrutamento Infantil à Luz da Teoria das Novas Guerras: o caso da República Democrática do Congo**. Monografia – Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

O período pós Guerra Fria foi caracterizado por um novo tipo de violência organizada que passou a influenciar diretamente a infância das crianças que vivem neste cenário. Chamado de Novas Guerras, por Kaldor (1999), os conflitos armados contemporâneos passaram a ter novos atores, que juntamente com uma tecnologia militar avançada e uma estratégia de guerra de medo e ódio, fizeram com que crianças passassem a ser recrutadas tanto por órgãos governamentais, quanto não governamentais. A pesquisa em desenvolvimento se propõe a estudar esta relação da teoria das Novas Guerras com o recrutamento infantil, utilizando o estudo de caso da República Democrática do Congo. Isso será feito através da análise do tema a partir de produções científicas e documentais, com o referencial teórico baseado em Kaldor (1999), Philippe Ariès (2011), Alan Prout (2010) e Gabriela Riva (2012), sendo, portanto uma pesquisa de natureza teórica e explicativa. A escolha do tema se justifica, pois o Congo é o país que se encontra na lista das Nações Unidas como país recrutador de menores há dez anos, sendo as Forças Armadas também responsáveis pela violação dos direitos das crianças. Além disso, ao analisar os infantes nos conflitos armados contemporâneos, será possível perceber o grau de destruição física, humana e moral, na qual os menores se encontram. As crianças, que vivem em ambientes violentos, crescem privadas de suas necessidades materiais e afetivas, sendo suas escolas, hospitais e igrejas destruídas e sua família e amigos afastados ou mortos. Ademais, os infantes não conseguem recorrer ao Estado, pois o mesmo não consegue garantir seu direito à vida, à educação ou à saúde. Recorrendo ao recrutamento, como forma de sobreviver á este ambiente hostil, a criança alimenta o ciclo econômico das Novas Guerras, fazendo com que isso não seja somente considerado um conflito, mas também um comércio que por beneficiar a grande maioria, parece não possuir fim.

Palavras chave: Recrutamento Infantil, Novas Guerras, Infância, Conflitos Armados, República Democrática do Congo.

ABSTRACT

The post-Cold War period was characterized by a new type of organized violence that began to influence directly the childhood of children living in this scenario. Called New Wars, by Kaldor (1999), contemporary armed conflicts have been given new actors, which together with an advanced military technology and strategy of fear and hate war, made children started to be recruited by both government agencies and non-governmental. This document aims to examine the relationship of the theory of the New Wars with the child recruitment, using the case study of the Democratic Republic of Congo. This will be done through theme analysis from scientific and documentary productions, with the theoretical framework based on Kaldor (1999), Philippe Aries (2011), Alan Prout (2010) and Gabriela Riva (2012) and is therefore a theoretical and explanatory nature of research. The choice of subject is justified because the Congo is the country that is on the list of the United Nations as a recruiter country of minors for ten years, and the military force is also responsible for violating the rights of children. Furthermore, when analyzing infants in contemporary armed conflicts, you can see the massive degree of physical, human and moral destruction, in which minors are. The children who live in violent environments, grow up deprived of their material and emotional needs, and their schools, hospitals and churches destroyed and your family and friends away or killed. Moreover, infants can not appeal to the State, because it can not guarantee their right to life, education and health. Using recruitment as a way to survive this hostile environment, the child feeds the economic cycle of the New Wars, so that it is not only considered a conflict, but also a trade that benefited the most part, which it does not seem to have an end.

Keywords: Child Recruitment, New Wars, Children, Armed Conflict, Democratic Republic of Congo.

LISTA DE SIGLAS

ADF	Forças Democráticas Aliadas ou Allied Democratic Forces
AMF	American Mineral Fields
CDC	Convenção dos Direitos da Criança
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CNDP	Congresso Nacional pela Defesa do Povo
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DH	Direitos Humanos
DIH	Direito Internacional Humanitário
DIP	Direito Internacional Público
FARDC	Forças Armadas da República Democrática do Congo
FDLR	Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda
FRPI	Frente de Resistência Patriótica de Ituri
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
M23	Movimento 23 de Março
MONUSCO	Missão de Paz das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MRM	Mecanismo de Seguimento e Avaliação ou Monitoring and Reporting Mechanism
OI	Organizações Internacionais
ONG	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RDC	República Democrática do Congo
RI	Relações Internacionais
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Legitimidade do Governo de 2008 a 2013 p. 67

Gráfico 2 – Recrutamento Infantil na RDC de 2008 a 2013p. 82

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Vie it Miracle de Saint Nicolas	p. 33
Imagem 2 – Quadro Legal Internacional sobre o Recrutamento Infantil	p. 47
Imagem 3 – Mapa da República Democrática do Congo	p. 53
Imagem 4 – Localidade dos Grupos Rebeldes nos Kivus em 2012	p. 56
Imagem 5 – Mapa dos Minérios presentes no leste da RDC	p. 60
Imagem 6 – <i>Fragile States Index</i> na RDC no ano de 2013.....	p. 66
Imagem 7 – Mapa Viário da RDC de 2012	p. 68
Imagem 8 – Mapa das Rotas do Transporte Marítimo da RDC	p. 69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. GUERRA, ESTADO E AS NAÇÕES UNIDAS.....	14
1.1. A evolução da Guerra até o Século XX	14
1.2. A recente natureza dos Conflitos Armados: o conceito de Novas Guerras.....	18
1.3. Há solução para as Novas Guerras?	24
1.4. O Papel da ONU e do Estado nas Novas Guerras.....	25
2. A INFÂNCIA À LUZ DAS NOVAS GUERRAS	31
2.1. Criança E Infância.....	32
2.1.1. A Infância No Século XX	35
2.2. Infância E Os Conflitos Armados	37
2.2.1. Aspectos das Novas Guerras que alteram a infância	38
2.2.2. A infância nas Novas Guerras: a criança-soldado	40
2.3. As Nações Unidas, as Crianças-soldado e as Novas Guerras	45
3. ESTUDO DE CASO: A CRIANÇA-SOLDADO NA RDC.....	52
3.1. Aspectos das Novas Guerras pertencentes à RDC.....	53
3.1.1. Multiplicidade de Atores.....	54
3.1.2. Economia de Guerra.....	59
3.1.3. Capacidade Estatal	64
3.2. Criança-soldado na República Democrática do Congo	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84

INTRODUÇÃO

Talvez o maior horror de uma guerra seja o extermínio de civis, em suas mais diversas e brutais formas, desde a aniquilação física até a psíquica. Mas o que dizer quando as guerras dos adultos são travadas pelas próprias crianças, armadas com fuzis AK-47, granadas e lança-bombas? Essas guerras são reais, contemporâneas e frequentemente esquecidas, lutadas em países subdesenvolvidos e por motivos, muitas vezes, já desconhecidos ou irracionais.

Essas características, trazidas no parágrafo anterior, das guerras, pós Guerra Fria, são designadas por Mary Kaldor (1999) como Novas Guerras, no qual novas dinâmicas foram desenvolvidas tanto no formato, quanto nos atores e razões de guerra. Nesse sentido, a guerra, anteriormente, caracterizada pelo combate de dois ou mais Estado que se divergiam por questões territoriais, raciais ou coloniais, passa a sofrer alterações.

Essas mudanças, segundo Kaldor (1999), surgem num contexto no qual um novo tipo de violência organizada foi desenvolvido, especialmente na África e na Europa Oriental, decorrentes do processo de globalização. Dessa forma, as Novas Guerras surgiram a partir do momento que as conexões proporcionadas pela globalização, causaram a erosão da autonomia do Estado e, portanto, a desintegração do monopólio legítimo da força.

O Estado, perdendo a capacidade estatal, se enxerga diante de um cenário delicado. De um lado o ator, que nos séculos passados era único e supremo, passa a dividir as relações internacionais com novos agentes que desenvolvem suas próprias técnicas e formas de guerra. E de outro, para combater a ameaça que esses agentes significam para a sua legitimidade, o Estado cria alianças de cooperação militar global que resulta numa economia de guerra que vai muito além do que um conflito de interesses do Estado, mas sim do conflito de interesses individuais (KALDOR, 1999).

O resultado dessa infinidade de conexões transnacionais são essas novas interações sociais no qual é difícil distinguir entre interno e externo, entre agressão e repressão, entre local e global ou entre combatente e não-combatente. Dessa forma, o que nas Velhas Guerras, era organizado e com respeito as regras do Direito Internacional Humanitário, atualmente passa a ser um problema no sistema internacional (KALDOR, 1999).

As violações dos Direitos Humanos, técnicas de medo e ódio e a utilização de mecanismos que barateiem a guerra passam a ser frequentes, portanto. Os novos atores, na sua maioria milícias e mercenários, aplicam estratégias de medo e ódio que criam um clima de insegurança e desconfiança, ambiente este propício para a realização de seus objetivos políticos. Assim sendo, o assassinato em massa, o reassentamento forçado e o refúgio são formas de guerra utilizadas, mesmo que as normas de direito a proibam (KALDOR, 1999).

Nessa dinâmica, quem mais sofre são as crianças que nascem inseridas num ambiente violento e não possuem as estruturas básicas para a sobrevivência numa infância familiar. O infante sem escola ou hospital, devido aos ataques das milícias e forças armadas em tais instituições, e, na maioria das vezes, sem família, pois os mesmos foram mortos nas hostilidades, enxerga na violência o meio de superar essas adversidades (FAÇANHA, 2011).

Da mesma forma, as milícias e algumas forças armadas percebem na criança uma possibilidade de barateamento da guerra. O infante, sendo mais ágil, manipulável, doutrinável, invisível e rápido e ainda menos oneroso, pois o mesmo faz menos exigências, se alimenta em menor quantidade e muitas vezes não recebe salários, se torna atraente para o senhor de guerra, que passa a utilizar os menores nas hostilidades (RIVA, 2012).

Dessa maneira, a criança, vista como inocente e desprovida de todas as características físicas e mentais, passa a ser recrutada, vivendo num ambiente para adulto, que não lhe é característico. Essa dualidade, que no próprio nome – criança-soldado - está presente, demonstra as contradições que a criança vive durante sua infância na guerra. De um lado, a idealização de uma infância com educação e estrutura familiar concreta e de outro, a vida de soldado, com treinamentos e metodologias que incitam a raiva e o ódio (CORREIA, 2013).

Esse é o caso da República Democrática do Congo (RDC), país que contava com 7.000 crianças-soldado em 2008 e que vive atualmente em constante estado de violência, decorrente de um passado marcado pelas injustiças étnicas, pela presença de um governo ditador, pela invasão de seus vizinhos e pela grande disputa de recursos naturais (CHILD SOLDIER GLOBAL REPORT, 2008).

O cenário se agrava ainda mais quando levado em conta o leste do país, região, que, apesar do Tratado todo Inclusivo de Paz de 2002, que oficializou o fim da Segunda Guerra da RDC, ainda sofre com os ataques dos mais de 50 atores,

governamentais e não-estatais. As províncias dos Kivus, dessa forma representam o maior desafio tanto do Estado, quanto da comunidade internacional em geral, pois é a região do país no qual estão presentes o maior número de variáveis da Teoria de Kaldor (IGC REPORT, 2003).

Assim sendo, o que se pretende trabalhar na presente monografia são essas características das Teorias das Novas Guerras que mais se encaixam no conflito do leste da República Democrática do Congo e como que o recrutamento infantil é influenciado a partir disso. O problema se encontra em como ler o recrutamento infantil às luzes das Teorias das Novas Guerras na RDC, sendo a hipótese a questão de que as características dos conflitos contemporâneos são diretamente relacionados ao fato de haver recrutamento infantil no país.

O método de análise utilizado no presente trabalho será o estudo de caso. Isto porque o objetivo da monografia é analisar o uso direto de crianças durante as hostilidades no leste da RDC de 2008 a 2013. Esta delimitação bem clara do objeto possibilita uma melhor análise das variáveis de Kaldor que influenciam tanto no conflito, quanto no recrutamento infantil. O ano inicial de 2008 foi escolhido por ser o ano de assinatura do Ato de Negociação entre o governo e a milícia Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP), que deveria simbolizar a diminuição no número de recrutamento infantil. E o ano de 2013 possui sua relevância no cenário do leste do país, pois foi o momento no qual houve o aumento significativo das hostilidades na região, tendo como resultado o recrutamento de 910 crianças, segundo o Relatório Anual sobre Crianças e Conflitos Armados (2003).

Desta forma, a pesquisa tem natureza descritiva e exploratória, usando de autores das Relações Internacionais como Mary Kaldor e Kalevi Holsti. Através do estudo destes autores acoplados com a análise de documentos e reportagens referentes a crianças-soldado de órgãos especializados como o UNICEF, Save the Children, Escritório Especial para Crianças e Conflitos Armados das Nações Unidas e do Conselho de Segurança da ONU, será possível buscar uma resposta a pergunta do trabalho sobre a leitura do recrutamento infantil à luz da Teoria das Novas Guerras.

O enfoque teórico será pautado em Mary Kaldor (1999), com o intuito de explicar este novo formato de guerras do cenário contemporâneo e suas consequências para o sistema internacional, principalmente para países periféricos como a República Democrática do Congo. Sendo assim, em seu primeiro capítulo o trabalho contará com o desenvolvimento da Teoria das Novas Guerras, sendo apontada quais são as

características que se alteram no período pós Guerra Fria e que passam a influenciar as guerras contemporâneas. Com isso, descrever-se-á o problema dos Estados e de Organizações Internacionais (OI) como as Nações Unidas (ONU), que insistem em pensar e criar planos de ações com base nos atributos das Velhas Guerras, sendo essa mudança a solução encontrada pela autora para a solução das Novas Guerras (KALDOR, 1999).

O segundo capítulo contará com um referencial teórico mais próximo de temas relacionados a infância e recrutamento infantil. Autores como Philippe Ariès, Alan Prout, Graça Machel e Gabriela Saab Riva serão muito utilizados para o assunto da infância e sua mudança no decorrer dos séculos. Além disso, adotar-se-á Resoluções, Tratados e Documentos Internacionais referentes a utilização de crianças em conflitos Armados. Neste capítulo, será abordado a infância da criança, como ela surgiu e o que muda quando a criança nasce em um ambiente violento, sendo esse assunto relevante para a humanização do tema e para a percepção da deterioração da vida do infante.

Por fim, o terceiro capítulo é o estudo de caso da RDC sobre crianças-soldado. A primeira parte discorrerá sobre as características das Novas Guerras que se encaixam na teoria de Kaldor (1999), para que então se possa ler o tema do recrutamento infantil no país à luz das Novas Guerras. O capítulo trará uma análise dos bancos de dados do Escritório Especial do Secretário Geral para Crianças e Conflitos Armados das Nações Unidas através do número de crianças recrutadas e liberadas no período que vai de 2008 a 2013, além de ferramentas que comprovam a fragilidade do Estado do Congo. Dessa forma, chegar-se-á ao objetivo geral da monografia que é analisar o recrutamento infantil à luz da teoria das Novas Guerras.

1. GUERRA, ESTADO E AS NAÇÕES UNIDAS

A guerra, anteriormente, caracterizada pelo combate entre dois ou mais Estados que se divergiam por questões territoriais, raciais ou coloniais, passou a ter características diversas no século XX (KALDOR, 1999). As novas particularidades, como ataque deliberado a civis, a multiplicação de atores e a vinculação de grupos armados às hostilidades fez com que o termo guerra não abarcasse mais todos os atores e indivíduos envolvidos, sendo necessário o desenvolvimento de teorias diferentes das clássicas para a explicação do fenômeno da guerra.

Neste contexto surge a teoria de Novas Guerras, de Mary Kaldor (1999) e de Guerra dos Povos de Kalevi Holsti (1996). Neste capítulo tratar-se-á sobre esse novo formato de guerra, no qual os atores, os objetivos, os modos e a economia mudam e se adaptam à nova realidade do pós-Guerra Fria.

Levar-se-á como base a obra de Kaldor, “Novas e Velhas Guerras: Violência Organizada na Era Global”, escrito em 1999, no qual a autora caracteriza as guerras contemporâneas e tenta explicar o motivo pelo qual elas são do formato que são.

A relevância deste primeiro capítulo se dá pelo fato de ser necessário o entendimento das Novas Guerras e suas dinâmicas para o estudo de caso da República Democrática do Congo. Este conflito possui uma complexidade de fatores, atores e métodos de guerra diversos e os quais sem a compreensão teórica das Novas Guerras não é possível tecer conclusões efetivas no que diz respeito ao problema apresentado na monografia.

Portanto, o objetivo deste capítulo é trazer ao leitor as bases necessárias para se pensar e entender a situação da República Democrática do Congo, estudo de caso do presente trabalho, como uma situação decorrente das mudanças no sistema internacional e que precisa ser categorizada, e não apenas como um fenômeno único e isolado.

1.1. A evolução da Guerra até o Século XX

Carl Von Clausewitz definiu a guerra como sendo “um ato de violência praticado para obrigar o oponente a cumprir a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1873). Essa definição Clausewitziana, traz no seu significado uma ideia ampla de guerra, que

pode ser utilizada no contexto atual, porém com características diferentes. A seguir, tratar-se-á sobre a evolução da guerra e sobre como ela é caracterizada na atualidade.

No seu conteúdo tradicional, do século XVII e XVIII, a guerra tinha características bem distintas das contemporâneas. Era, inicialmente, vista como um fenômeno associado ao crescimento do poder do Estado absolutista, a guerra era o meio encontrado para preservar as fronteiras, garantir a sobrevivência do Estado e das Dinastias. Elas não seguiam regras, sequência e acabavam mais vezes por exaustão financeira dos barões do que por batalhas (HOLSTI, 1996).

Posteriormente, no século XIX, o Estado-nação passa a ser o obtentor legítimo da força, sendo apenas ele, o responsável pela decisão e ator da guerra. Neste sentido, o Estado passa a ter papel centralizador e racional de consolidar suas fronteiras, e, portanto, de desenvolver seus próprios exércitos permanentes (KALDOR, 1999).

Nesse sentido, o interesse do Estado se torna a justificativa legítima para a guerra, sendo ele, e somente ele, o único ator capaz de iniciar, realizar e terminar uma guerra. Uma vez que isso acontece, as reivindicações violentas de atores não Estatais não são mais permitidas, como no século anterior com os barões e seus exércitos mercenários (KALDOR, 1999).

Além disso, outras novas características surgem. A guerra passa a ter regras, que diferenciam a guerra do crime, o combatente do civil, o justo do não justo, o interno do externo, o público do privado. Os exércitos passam a ser uma instituição do Estado, sendo necessária a regularização das finanças da guerra e a lealdade de seus soldados. A guerra se torna, portanto, uma “guerra institucionalizada” (HOLSTI, 1996), com a divisão dos papéis a serem cumpridos tanto no sentido militar, quanto no político e no civil, sendo essas as características do que Kaldor vai chamar de Guerras Velhas (KALDOR, 1999).

No século XIX, com o avanço industrial, em particular, o desenvolvimento da estrada de ferro e o telégrafo, a guerra passa por novas transformações. Com a rapidez da comunicação, com a fabricação de armas em massa e o possível carregamento dos artefatos da guerra para longas distâncias, os conflitos passam a ser industrializados. Além disso, com a criação das armas leves e a evolução das tecnologias militares, a guerra ou a possibilidade dela passa a ter objetivos e formatos diferentes. Os Estados passam a enxergar maior importância em coalizões que aumentem seu poder militar, pois a partir daí possuem maior poder na política e maior legitimidade nas suas ações para com a população nacional (KALDOR, 1999).

Clausewitz em seu livro, *On War*, fala justamente sobre essa dinâmica descrita acima. Para ele, a guerra é composta de três planos: política do Estado e seus líderes, dos militares e dos civis. Durante a guerra esses três níveis se intercalam e criam uma lógica, na qual a razão, a emoção e a estratégia são os fundamentos para cada um dos elementos (CLAUSEWITZ, 1873).

No primeiro nível, o político, o Estado utiliza de todos os meios diplomáticos para pressionar o outro e assim atingir seus objetivos. Muitas vezes seus meios coercitivos se tornam insustentáveis fazendo com que a desavença se torne irreparável e só seja resolvida no plano militar. Neste nível, o objetivo é o enfraquecimento do inimigo para que, através disso, seu objetivo político seja atingido. E, por último, tem-se a força de vontade na guerra, que, por mais que seja considerada pelo autor como uma atividade racional, tem o envolvimento de emoções e sentimentos que influenciam na continuidade ou não do conflito (HOLSTI, 1996).

No nível político, o Estado sempre encontra resistência em atingir seus objetivos e por isso tem que pressionar mais forte. No nível militar, o alvo é o desarmamento do oponente para que o objetivo político seja alcançado. E finalmente, a legitimidade dessas ações depende da aceitação da população como um todo¹ (KALDOR, 1999, p. 21, tradução nossa).

Segundo Kaldor (1999), essa lógica dos três níveis da guerra pôde se tornar ainda mais eficiente, no século XIX. A evolução das leis de guerra fez com que o fenômeno que já possuía regras e etapas, passasse a ser institucionalizado com o amparo de leis mais fortes e precisas.

A Convenção de Genebra (1864) lidava com o tratamento de prisioneiros, doentes e feridos. As duas Convenções de Haia (1899 e 1907) revisaram todas as leis e alteraram algumas destas leis e os costumes de guerra e proibiram certas munições. A Convenção de São Petesburgo anunciou o clássico decreto Clausewitziano “o único objetivo da guerra é enfraquecer as forças militares”. Civis não eram o alvo da ação militar. Nos anos anteriores a Grande Guerra, a maioria das pessoas ainda acreditava que a guerra era um meio razoavelmente civilizado de alcançar e sustentar fins de política externa² (HOLSTI, 1996, p. 34, tradução nossa).

Esse meio civilizado e regulado, contudo, é corrompido com as duas Grandes Guerras do início do século XX. Tanto na Primeira, 1914-1918, quanto na

¹ “At a political level, the state always meets resistance in achieving its objectives and therefore has to press harder. At a military level, the aim has to be disarmament of the opponent in order to achieve the political objective, otherwise there is always a danger of counterattack. And, finally, the strength of will depends on popular feelings and sentiments” (Kaldor, 1999, p. 21).

² “The Geneva Convention (1864) dealt with the treatment of prisoners, sick, and wounded. The two Hague Conferences (1899 and 1907) reviewed all and amended some laws and customs of war and outlawed certain munitions. The St. Peterburg Conventions announced the classical Clausewitzian edict that ‘le seul but légitime de la guerre est l’affaiblissement des force militaires’. Civilians were not a proper target of military action. In the years prior to the Great War, most people could still believe that war was a reasonably civilized means of advancing or sustaining foreign policy purposes. “

Segunda Guerra mundial, 1939-1945, as normas internacionais perderam efeito fazendo com que as distinções, antes claras e objetivas, do público e privado ou do militar e civil desaparecessem. “Os objetivos estratégicos mudaram de infligir vitórias decisivas no campo para ferir a capacidade do adversário de travar a guerra de forma mecanizada. Isso significava atacar alvos não militares”³ (HOLSTI, 1996, p. 34, tradução nossa).

Esse cenário se agravou ainda mais na Segunda Guerra Mundial quando os não-combatentes passaram a ser os principais alvos da guerra. Na Primeira Grande Guerra, essa situação já era percebida, porém, as vítimas eram eventuais e isoladas, caracterizavam-se como casualidades. Já nos anos 1970, com a Segunda Grande Guerra, elas se tornaram alvos deliberados, tratava-se de uma estratégia de guerra utilizada pelos Estados para enfraquecer o inimigo. Sendo assim, a destruição em massa tomou conta do cenário mundial fazendo com que milhões de civis perdessem suas vidas, mesmo aqueles que não se identificavam com a guerra. O terror se tonou um componente do pensamento estratégico⁴ (HOLSTI, 1996, p. 35, tradução nossa).

Percebe-se neste momento, também, que a justificativa de guerra dada pelo Estado começa a se tornar falha. Guerra, como Van Creveld destacou, é uma prova de que os homens não são egoístas. Nenhum cálculo utilitarista individualista pode justificar arriscar a morte (VAN CREVELD, 1991). Soldados vão para o campo de batalha por uma razão comum – podendo ser patriotismo, nacionalismo, guerra pela democracia, guerra contra o mal, entre outros - a qual não é conectada a razão pela qual o Estado está em guerra. Dessa forma, a justificativa de guerra pelo Estado não é partilhada pelos que a lutam, tornando-a fraca e questionando, portanto, a legitimidade da mesma.

É nesse cenário de perda de legitimidade da guerra pelo Estado que se inicia o período que Kaldor vai chamar de Novas Guerras⁵, tema este que será melhor trabalhado no próximo tópico.

³ “ No original: (...) strategic objectives changed from inflicting decisive victories in the field to crippling the adversary’s capacity to wage mechanized war. This meant attacking non-military target.”

⁴ “Terror became a component of strategic thinking.”

⁵ Também chamado de “Guerra de Pequena Intensidade” em Creveld(1991), “Guerras Pequenas” em Daase (2015), ou ainda “Guerra dos Povos” em Holsti (1996).

1.2. A recente natureza dos Conflitos Armados: o conceito de Novas Guerras

Para a autora, nos anos 1980 e 1990, um novo tipo de violência organizada foi desenvolvido, especialmente na África e na Europa Oriental, que modificou o modo como se pratica a Guerra. “As Novas Guerras surgiram no contexto da erosão da autonomia do Estado e em alguns casos extremos na desintegração do mesmo. Em particular, sucederam no contexto da erosão do monopólio legítimo da força organizada”⁶ (KALDOR, 1999, p. 4).

Nesse contexto, Kaldor utiliza como fator essencial para a mudança das dinâmicas de guerra a globalização⁷ em que:

De um lado, o processo cria redes transnacionais inclusivas de pessoas. De outro lado, exclui e fragmenta um grande número de pessoas – de fato, a grande maioria. De um lado, a vida das pessoas é profundamente moldada por eventos que acontecem longe de onde elas vivem e sobre os quais elas não têm controle. De outro lado, existem novas possibilidades para melhorar o papel de políticas locais e regionais pelo fato de estarem ligadas a processos globais⁸ (KALDOR, 1999, p. 74, tradução nossa).

Este período foi caracterizado por um vácuo de poder Estatal, consequência da globalização. A ausência da figura estatal, também conhecido pela fraqueza do Estado, se dá pelos problemas que este ator enfrenta em relação à burocracia, corrupção, fragmentação social e a resistência encontrada na sociedade. Não encontrando forças, nem recursos, para enfrentar estes problemas e unificar a sociedade, o Estado utiliza de meios violentos para controlar a população, perdendo a sua legitimidade e aumentando as tensões em seu território (HOLSTI, 1996, p. 116-117).

Para Kaldor (1999), esse vácuo estatal se refletiu de duas formas. A primeira diz respeito à transnacionalização das forças militares que começaram nas Grandes Guerras, porém que foram institucionalizadas durante a Guerra Fria. As inúmeras alianças negociadas principalmente no pós-guerra fizeram com que a capacidade de um Estado lutar unilateralmente fosse drasticamente enfraquecida. A rede de contatos entre

⁶ No original: (...) The new wars arise in the context of the erosion of the autonomy of the state and in some extreme cases the disintegration of the state. In particular, they occur in the context of the erosion of the monopoly of legitimate organized violence”.

⁷ Globalização aqui descrita como “a intensificação da interconectividade global – política, econômica, militar e cultural” (KALDOR, 1999, p. 3).

⁸ No original: (...)a complex process which actually involves both globalization and localization, integration and fragmentation, homogenization and differentiation, etc. On the one hand, the process creates inclusive transnational networks of people. On the other hand, it excludes and atomizes large number of people – indeed, the vast majority. On the one hand, people’s lives are profoundly shaped by events taking place far away from where they live over which they have no control. On the other hand, there are new possibilities for enhancing the role of local and regional politics through being linked in to global processes.”

as alianças militares, a produção de armas e comércio internacional, várias formas de cooperação militar e de intercâmbios e acordos de controle de armas, criaram uma forma de integração militar global que resultou numa economia da guerra que vai muito mais além do que um conflito de interesses do Estado, mas sim do conflito de interesses individuais.

A privatização da guerra, portanto, é o segundo aspecto relevante para o enfraquecimento do Estado. Este ator, anteriormente único e supremo, passa pelo declínio da sua economia, abrindo caminho para novos atores emergirem num cenário em que a criminalidade, corrupção e ineficiência estatal são frequentes. A inabilidade desses atores, aqui descrita, também traduzida por Kaldor como “Estados falidos” descreve, neste contexto, a fraqueza desses ou a não existência de autoridade central capaz de garantir a soberania estatal⁹ (KALDOR, 1999).

O Estado ao não conseguir manter a sua capacidade em controlar a violência acaba perdendo a confiança que tanto a população como outras instituições depositam sobre ele. Suas funções primárias de manter a ordem, proteger seus cidadãos, promover segurança, garantir o cumprimento das leis e de suas instituições e proteger seu território tanto interno, quanto externamente, não são mais completamente efetivos (KALDOR, 1999).

A consequência disso é o surgimento de novos atores, internos e externos, que influenciam no conflito e, conseqüentemente, no Sistema Internacional tanto economicamente, quanto politicamente. No que diz respeito aos sujeitos da guerra, tem-se com as Novas Guerras:

- a) As Forças Armadas Regulares ou exércitos nacionais: representantes da figura do Estado e anteriormente os únicos atores do campo de batalha;
- b) Grupos paramilitares ou milícias¹⁰: grupos não estatais que lutam pelos próprios interesses. Atualmente é a unidade mais comum nas Novas Guerras, caracterizado por muitos soldados, que antes lutavam pelo Estado, mas devido ao enfraquecimento do mesmo, estes passam a combater para defender suas crenças;

⁹ Esse processo se dá pela falha do governo em sustentar o controle físico sobre o seu território e de manter a lealdade da população, reduzindo a capacidade estatal em recolher impostos. A espiral de perda de receita e legitimidade, crescente desordem e fragmentação militar cria o contexto em que as novas guerras acontecem. (KALDOR, 1999, p. 97)

¹⁰ Ambos os termos, milícias e grupos paramilitares, são utilizados como sinônimo na presente monografia.

- c) Unidades de autodefesa: indivíduos que se unem para defender seu território local. Estas unidades são difíceis de manter ao longo dos conflitos armados pela falta de recursos. Por ser um grupo relativamente pequeno, não possui relevância para os sujeitos econômicos da guerra, fazendo com que muitas vezes esse elemento seja incorporado em algum desses outros tipos de atores combatentes, na sua maioria, nos grupos paramilitares;
- d) Mercenários estrangeiros: grupo e unidades de combates privadas que tem interesse pela guerra, pois é ela quem lhes disponibiliza recursos econômicos.
- e) Tropas estrangeiras regulares: exércitos internacionais que atuam sob a proteção das organizações internacionais, como é o caso dos exércitos de operação de paz das Nações Unidas (KALDOR, 1999).

Por outro lado, não são somente atores combatentes que surgem no âmbito das novas guerras. É possível perceber a ascensão de atores que pretendem intervir nestas, ao tentar restaurar leis antes propostas. Dessa forma, presenciou-se a escalada das Nações Unidas (ONU)¹¹ e de suas missões de paz¹², principal meio de intervenção humanitária durante os conflitos armados.

Ademais, houve também o progresso das organizações não governamentais (ONG), tanto em relação a suas atividades em campanhas globais, em relação aos Direitos Humanos, aos direitos das crianças e mulheres ou em relação ao meio ambiente, como em movimentos formais relacionados ao governo de um ou mais países. Essas ONGs atuantes na sua maioria em níveis locais e transnacionais passaram a desenvolver um papel crucial junto à ONU nos conflitos armados para a proteção dos civis e combatentes (KALDOR, 1999).

Todos esses inúmeros sujeitos se interligam numa rede de conexões, que a autora compara com uma teia de aranha, no qual não é possível identificar onde se inicia

¹¹ As Nações Unidas são a Organização Internacional, criada em 1945, responsável por manter a paz e segurança internacional, desenvolver a ajuda humanitária para pessoas em necessidade, assegurar o cumprimento das normas internacionais, Direitos Humanos e da Democracia (ONU, 1945).

¹² “As operações de paz das Nações Unidas são um instrumento singular e dinâmico, desenvolvido pela Organização para ajudar os países devastados por conflitos a criar as condições para alcançar uma paz permanente e duradoura. Originalmente desenvolvidas como uma maneira de lidar com conflitos internacionais, as operações de paz têm atuado cada vez mais em conflitos intranacionais e guerras civis. Hoje as operações realizam uma grande variedade de tarefas, desde ajudar a instituir governos, monitorar o cumprimento dos direitos humanos, assegurar reformas setoriais, até o desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes.” (UNICRIO, 2007).

e para onde vai, nem quem se interliga com quem. Em suas palavras as novas interações sociais criaram uma “infinidade de conexões transnacionais de modo que a distinção entre interno e externo, entre agressão e repressão ou entre local e global são difíceis de sustentar”¹³ (KALDOR, 1999).

Além dessas alterações, há também a diferença de importância desses atores no sistema internacional. Em contraste com as Velhas Guerras onde o sujeito era somente o Estado e, portanto tinha uma hierárquica vertical, em que é caracterizado como ator supremo das relações internacionais, as guerras contemporâneas são constituídas desses diferentes atores que se misturam de uma forma horizontal, mas não necessariamente sem hierarquia. A ausência de uma força maior propicia relações de guerra e sociais diferentes e assimétricas entre eles. “Em termos organizacionais, os atores operam através de uma mistura de confronto e cooperação mesmo quando em lados opostos” (KALDOR, 1999).

Percebe-se com essa frase outra peculiaridade do último século: a mudança do modo de se fazer guerra. Nas guerras tradicionais¹⁴, o outro era considerado o inimigo e de forma alguma a cooperação poderia existir. No cenário atual, o fim justifica os meios, por assim dizer. O inimigo só é considerado como tal se sua identidade política¹⁵ for diferente, caso contrário o que é mais rendoso ou menos oneroso é o que prevalece, sendo a batalha o último recurso utilizado para derrotar o outro. Como ir à guerra é dispendioso, os atores buscam uma nova estratégia que agregue tanto os interesses políticos quanto os econômicos. Ou seja, evitam ao máximo as batalhas, por conta da perda de combatentes que isso pode acarretar e pelos gastos de recurso que requerem.

Assim, a estratégia mais utilizada na atualidade é o controle do território através do controle da população usando técnicas de medo e ódio. Como as várias partes em conflito compartilham desse mesmo objetivo, elas operam de uma forma, ajudando uns aos outros a criarem um clima de insegurança e desconfiança que se alastra no ambiente belicoso. “As estratégias desse novo tipo de guerra são a expulsão da população através de vários modos como assassinatos em massa, reassentamento

13 No original: (...) a myriad of transnational connections so that the distinction between internal and external, between internal and external, between aggression and repression, or even between local and global, are difficult to sustain.

¹⁴ Neste documento utiliza-se o termo “Guerras Tradicionais”, de Clausewitz, como sinônimo para “Velhas Guerras”.

¹⁵ Neste caso, significa a pretensão de se obter o poder com base em uma identidade particular - seja ele nacional, clã, religiosa ou linguística. Este tópico será melhor analisado abaixo. (KALDOR, 1999, p. 6)

forçado, assim como uma mistura de técnicas de intimidação”¹⁶ (KALDOR, 1999, p. 8, tradução nossa).

Houve significativos avanços no final do século XX que também propiciaram a mudança na forma como se faz a guerra. Entre elas está o avanço ainda maior na comunicação. O uso de celulares e computadores disponibilizou uma interlocução entre os agentes da guerra de maneira mais rápida, além de facilitar as práticas de guerra no sentido estratégico, já que agora seria possível identificar o alvo sem sair do lugar (KALDOR, 1999).

Ademais, a fabricação de armas cada vez mais leves é outro aspecto importante. O uso de rifles, granadas, minas terrestres e metralhadoras de baixo peso, porém de alta tecnologia faz com que o manuseio das mesmas possa ser feito por qualquer pessoa, incluindo crianças. As milícias, aproveitando-se dessa situação, fazem o uso de crianças nos conflitos armados, alimentando ainda mais o ciclo da violência e, em contrapartida, desfavorecendo os aspectos jurídicos e moral, afinal de contas manter uma criança na guerra é muito mais barato do que um adulto (KALDOR, 1999).

Esta diminuição no custo da guerra é o que se pode chamar de economia de guerra, que é um dos aspectos mais relevantes das Novas Guerras. No século passado a economia era centrada no Estado, sendo este autossuficiente, e à medida que os recursos se esgotavam até a maximização do uso da força, o conflito também se encerrava, sendo do lado vencedor ou do perdedor. Nas novas guerras, todavia, com a falência do Estado, a fraca economia e a descentralização do uso da força por diferentes grupos, os recursos acabam sendo dependentes de meios externos e descentralizados do Estado (KALDOR, 1999).

Além disso, a produção doméstica é insuficiente ou quase inexistente, devido à característica de longa duração da guerra. A produção local não consegue acompanhar o andamento da guerra, nem mesmo pelo espaço físico que se destrói ao longo do tempo, nem mesmo pela competição global que se insere através dos mercenários que enxergam na guerra uma forma lucrativa de ganhar dinheiro. A consequência é a diminuição drástica do dinheiro público, sendo necessária uma nova forma de financiamento por parte da população e do próprio governo que já não possui autoridade suficiente para controlar os civis (KALDOR, 1999).

¹⁶ No original: (...) The aim is to control the population by getting rid of everyone of a different identity. Hence the strategic goal of these wars is population expulsion through various means such as mass killing, forcible resettlement, as well as a range of political, psychological and economic techniques of intimidation.

Este novo formato é o que Duffield (1993) chamou de transferência de ativos. O principal formato de financiamento é “caracterizado pela redistribuição ativa existente de modo a favorecer as unidades de combate, ou de assistência externa. Como pilhagem, roubo, extorsão e tomada de reféns.”¹⁷ Ricos são mortos, casas roubadas, supermercados boicotados, armas ou prisioneiros de guerra trocados por comida, o caos toma conta da cidade (DUFFIELD apud KALDOR, 1999, p. 108, tradução nossa).

Outra possibilidade de transferência de ativos é a pressão de mercado. Barragens são construídas pelos grupos paramilitares ao longo das vias, tornando-se estes atores os controladores de todo o suprimento que por ali passa. Grande parte dos objetos e alimentos são roubados pelas milícias nesses pontos de inspeção, mantendo esses atores supridos durante a guerra, independente do controle do Estado ou não (KALDOR, 1999).

Nessas circunstâncias, os recursos vindos de outros países são na sua maioria o único amparo disponível para os civis. São elas remessas vindas do exterior para famílias individuais; assistência direta por meios materiais, armas ou moeda, provindas a partir da diáspora de quem vive no exterior; auxílio de governos estrangeiros; e assistência humanitária. Como citado anteriormente, existe a participação de Organizações Internacionais nesses novos tipos de guerra. É nesse sentido que elas se envolvem, tornando-se instituições de muita relevância para a sobrevivência e proteção dos civis, assunto este que será melhor tratado no próximo tópico do capítulo (KALDOR, 1999).

Um último aspecto bastante importante das novas guerras, e que vale a pena ser discutido, são as suas alterações a respeito dos seus objetivos. Como já foi estudado, as guerras do passado tinham finalidades de proteção territorial nos séculos XVII e XVIII, conflitos de interesse dos Estados no século XIX e ideológico no início do século XX. Com as Guerras dos Povos¹⁸, o propósito passa a ser a da identidade política. Kaldor afirma que por identidade política ela quer dizer:

O poder com base em uma identidade particular - seja ele nacional, clã, religiosa ou linguística. Sendo essas identidades ligadas a uma noção de interesse do Estado ou para algum projeto para o futuro - ideias sobre como a sociedade deve ser organizada¹⁹ (KALDOR, 1999, p. 6).

¹⁷ No Original: (...) the redistribution of existing assets so as to favor the fighting units or external assistance. The simplest form of assets transfer is loot, robbery, extortion, pillage and hostage-taking.

¹⁸ Termo utilizado por Kalevi Holsti para designar as guerras contemporâneas do final do século XX, assim como Mary Kaldor utiliza Novas Guerras.

¹⁹ “I mean the power on the basis of a particular identity - be it national, clan, religious or linguistic. in one sense, all wars involve a clash of identities. But my point is that these earlier identities were either

Essa identidade das Novas Guerras, ao contrário da ideia de políticas, é uma prática exclusivista, pois como a própria Kaldor afirma, é particular. Coloca-se, portanto, um rótulo no indivíduo que não pode ser alterado. Ele nasce com essa particularidade e com ela é que o cidadão se identificará para o resto da sua vida. Para aproveitar desta situação, grupos paramilitares utilizam discursos políticos que alimentam a identidade particular de cada grupo, justificando seus atos e convencendo a população com o mesmo rótulo a lhes apoiarem. Memórias de injustiças, de reaver o que foi perdido, de reconstrução de um passado heroico são adotadas pelas milícias, sendo possível somente dois lados aos civis: o de pertencimento ou não (KALDOR, 1999).

A população ao pertencer a um grupo faz parte do processo de globalização e de todo esse cenário contemporâneo das Novas Guerras. Já os que optam pelo não pertencimento, acabam se tornando alvo deliberado das milícias, tendo que lidar com a expulsão de seu território ou com o genocídio. Desta forma, percebe-se que ambos os caminhos levam a população a um cenário de medo e ódio que alimenta ainda mais este ciclo e que parece não ter fim.

Dessa forma, surge a questão colocada por Kaldor: As Novas Guerras tem fim?

1.3. Há solução para as Novas Guerras?

Como já foi visto o Estado perdeu sua função de único ator do sistema global com poder do controle da violência. O que se observa atualmente é a presença de vários outros sujeitos que vão influenciar no modo como as guerras se passam. Entretanto, o que se pergunta atualmente é quem, desses inúmeros atores, pode acabar com as Novas Guerras e com esse ciclo da violência que acaba sendo vantajoso para a maioria das partes beligerantes?

A resposta mais óbvia para isso seria a de que o indivíduo, grupo ou Estado que iniciou o conflito é o responsável por acabar. Não mais na sua forma tradicional de dominação territorial ou através da vitória por batalhas. Mas, sim, através de

linked to a notion of state interest or to some forward-looking project - ideas about how society should be organized.”

negociações entre as partes que estão em guerra, com respeito às normas internacionais e à população civil (KALDOR, 1999).

Outra resposta possível seria através da comunidade internacional, representada neste caso pelas Nações Unidas, com suas missões de paz que tem por objetivo a proteção dos civis e combatentes e de realizar a negociação entre os inimigos (KALDOR, 1999).

Uma última alternativa poderia ser a de que o Estado deveria acabar com o conflito em seu território. Ele, apesar de ter pedido força, ainda é o sujeito supremo das relações internacionais e possui soberania no que diz respeito ao que acontece internamente. Desta forma, caberia a ele o uso da diplomacia e, em últimas instâncias, da força para alcançar a solução para o conflito armado (KALDOR, 1999, p. 182).

Entretanto o que se percebe atualmente é que as Novas Guerras não estão sendo solucionadas por nenhum desses atores. Por vezes, tem-se uma trégua no conflito por determinado período, porém, depois o mesmo volta a acontecer de forma mais catastrófica ainda. O quesito principal da guerra, o controle da violência, não vem sendo exercido integralmente por nenhum desses atores, ou pior, nem pelo conjunto deles. O que nos resta saber, portanto, é porque isso acontece? (KALDOR, 1999).

1.4. O Papel da ONU e do Estado nas Novas Guerras

O que se presencia, atualmente, é a suspensão do conflito por um curto período de tempo, e não necessariamente por conta das missões de paz. Pior ainda, a ONU foi humilhada quando falhou na prevenção do Genocídio de Ruanda ou na captura do senhor de Guerra da Somália Mohammed Farah Aidid²⁰. Ou ainda quando utilizou da intervenção humanitária para justificar a guerra como em Kosovo ou no Iraque e Afeganistão (KALDOR, 1999, p. 120).

Essa opinião de Kaldor demonstra a sua frustração com as operações de paz das Nações Unidas, o que não necessariamente significa que a autora não acredita no potencial da Organização Internacional. O que ela vai argumentar é que as OIs são importantes para a proteção dos civis e combatentes e para as negociações durante os conflitos armados. Entretanto a permanência destes organismos no pensamento das

²⁰ Mohammed Farah Aidid (1934-1996) foi o líder do Congresso Somali Unido e posteriormente da Aliança Nacional Somali. Defendeu essa aliança durante a sangrenta Guerra Civil no país. Em vida, não permitia a intervenção externa de nenhum país ou organização internacional, saqueando grande parte da ajuda humanitária que chegava aos cidadãos, chamando a atenção da comunidade internacional. Considerado por alguns herói, por outros violador dos Direitos de Guerra e Humanos, foi um senhor de guerra que lutou por seus princípios anti-colonialistas. Foi morto em 1996 durante um conflito entre as milícias do país (CNN, 1996).

guerras tradicionais fez com que suas ações, até hoje, fossem parcialmente bem-sucedidas e que por muitas vezes acabam alimentando o ciclo da guerra.

A tendência de interpretar a guerra nos termos tradicionais, tem sido a principal razão do porque as intervenções humanitárias não estão somente falhando em prevenir o conflito, mas também em realmente ajudar a manter o estado de guerra. Por exemplo, através da prestação de ajuda humanitária, que é uma importante fonte de renda para as partes beligerantes, ou através da legitimação dos crimes de guerra ao convidar os senhores de guerra para negociar ou através de esforços para encontrar compromissos políticos com base na suposição exclusivista²¹ (KALDOR, 1999, p. 10).

O que Kaldor quer dizer nesta citação é que as OIs, principalmente a ONU, utilizam de ferramentas para com as partes beligerantes que muitas vezes não são mais as devidas, já que as relações sociais mudaram com a globalização. Um exemplo é o modo como as missões de paz negociam e quais as suas soluções oferecidas para os sujeitos em guerra.

Na sua maioria as opções dadas são a de divisão do território ou a partilha do poder com base nas identidades políticas de cada um. Ambas as alternativas não resultam num cenário de estabilidade e de remodelação das interações sociais violentas, mas sim na separação, no deslocamento da minoria e na continuação do sentimento de ódio e medo pelo outro. Como é o caso dos acordos entre Israel e os Palestinos ou o acordo de Taif²² no Líbano, no qual as Nações Unidas e a comunidade em geral tentaram reconciliar as partes incompatíveis através de um discurso e de resoluções exclusivistas (KALDOR, 1999).

Outra situação que pode ser considerada errônea, segundo Kaldor (1999), no cenário atual é o de que tais acordos tendem a ser baseados em suposições exageradas sobre o poder das partes em conflito. Como estes atores são altamente dependentes politicamente do medo e ódio, e economicamente das formas de transferências de ativos que só acontecem durante a guerra, é necessário que eles permaneçam em um ambiente inseguro para se sustentar. Desta forma, as missões de paz ao ajudarem os envolvidos na

²¹ No original: (...) The persistence of inherited mandates, the tendency to interpret these wars in traditional terms, has been the main reason why humanitarian intervention has not only failed to prevent the wars but may have actually helped to sustain them in various ways. For example, through the provision of humanitarian aid, which is an important source of income for the warring parties, or through the legitimation of war criminals by inviting them to the negotiation based on exclusivist assumptions”.

²² Acordo de Taif ou Carta Nacional da Reconciliação, foi um documento assinado em outubro de 1989 pelos membros da Assembleia Nacional do Líbano que tinha o objetivo, como o próprio nome já diz, de reconciliação política no país. A intenção era a diminuição do poder do presidente e o aumento no número de deputados para que a representação das comunidades religiosas fossem todas igualmente representadas. O acordo provocou ainda mais conflitos entre as milícias do país, não sendo efetivo no seu objetivo final (Enciclopédia de Guerras e Revoluções, 2015).

guerra diretamente, estão alimentando essa dinâmica, tornando os beligerantes mais fortes ao decorrer da guerra.

Este mesmo cenário acontece com a figura do Estado. As Forças Armadas e as instituições públicas se esforçam para encontrar uma solução para as Guerras Civis ou conflitos armados que acontecem em seu território, mas na sua maioria, a forma como isso sucede alimenta a economia e o ciclo da guerra. Esse formato é na sua maioria, através da tentativa da recuperação do monopólio da força, pelo uso da violência. O país em guerra, ao utilizar-se de meios bélicos e táticas de guerra no qual a população civil é atingida, acaba perdendo a confiança tanto da população local, como da comunidade internacional (KALDOR, 1999).

A partir disso, percebe-se, portanto, que a importância do controle da violência pelo Estado por meios militares já não é mais uma questão crucial. As relações entre os diferentes atores e sua dependência para com eles fez Kaldor (1999) refletir sobre qual seria a ação necessária para a solução das Novas Guerras.

Para a autora, a chave do controle da violência é a reconstrução da legitimidade. As Novas Guerras não podem ser solucionadas com mais violência ou com quem tiver mais poder militar, como antigamente. “Nenhum governo baseado exclusivamente na violência já existiu”²³ (KALDOR, 1999, p. 122, tradução nossa). O poder, nos dias atuais, repousa na legitimidade²⁴ e na capacidade do Estado em cumprir com as normas do direito. Sendo assim, o que é “crucial não é a privatização da violência, como tal, mas a quebra da legitimidade” (KALDOR, 1999).

Se analisarmos as características das Novas Guerras chegaremos a essa mesma conclusão. Como Kaldor vai argumentar,

Os objetivos das Novas Guerras são particularistas. A estratégia é o controle político sobre a base de exclusão - em particular, o deslocamento da população - e as táticas para atingir este objetivo são terror e desestabilização. Por este motivo, é praticamente impossível para qualquer uma das partes em conflito restabelecerem a legitimidade. A violência pode ser controlada de forma esporádica através de tréguas e cessar-fogo, mas em situações em que as restrições morais, administrativas e práticas contra a violência privada são frequentes, eles raramente duram muito tempo. Ao mesmo tempo, no entanto, grupos de cidadãos isolados ou partidos políticos que tentam restabelecer a legitimidade com base em políticas inclusivas são relativamente impotentes em condições de violência contínua (KALDOR, 1999, p. 123, tradução nossa).

²³ No Original: (...) “No government exclusively based on the means of violence has ever existed” (Kaldor, 1999, p. 122).

²⁴ Legitimidade, neste contexto, significa o consenso e o suporte das instituições políticas, assim como a noção de que essas instituições adquirem sua autonomia na base da legalidade (Kaldor, 1999, p. 122).

Observa-se aqui, portanto, que há uma contradição no que diz respeito as estratégias que devem ser usadas pelos diferentes atores no cenário global para a solução da violência nos conflitos armados. De um lado, ao se utilizar táticas somente exclusivistas, o controle do poder através de meios violentos ainda é necessário, já que parte da população é vista como inimiga. Do outro lado, ao empregar somente métodos inclusivistas em um cenário no qual o ódio e o terror ainda imperam, faz com que o conflito só piore.

À vista disso, há a necessidade, segundo Kaldor (1999), de se adotar estratégias que combinem ambas as estratégias. Ou seja, que alie a visão de inclusão de todas as partes, abrangendo princípios como tolerância, multiculturalismo e democracia. E que também discorra sobre a importância do respeito pelas normas do direito como mantenedor da paz mundial. Esse conceito é o que a autora chama de cosmopolitanismo. O termo, neste contexto, “combina o respeito pelos princípios humanos universais com um compromisso com a não-sectarismo e ainda mais fortemente uma celebração da diversidade cultural, uma apreciação e um orgulho nos diferentes modos de ser humano”²⁵ (KALDOR, 1999, p. 123).

No que diz respeito às Organizações Internacionais, Mary Kaldor, diz ser necessário uma resposta política para as Novas Guerras.

Uma estratégia de capturar corações e mentes precisa ser contraposta à estratégia de semear medo e ódio. Uma política de inclusão deve ser contraposta a de exclusão. Respeito pelos princípios e normas globais devem ser contrapostos aos crimes dos senhores de guerra. Em resumo, o que é preciso é uma nova forma de mobilização política cosmopolita, que inclua a comunidade internacional e a população local” (KALDOR, 1999, p. 121, tradução nossa).

Em outras palavras, as Nações Unidas deve desenvolver novos métodos de ajuda humanitária que não intervém na guerra de forma a favorecer uma das partes, como o que acontece com as missões de imposição da paz²⁶, ou a alimentar a guerra de forma indireta através da ajuda humanitária (KALDOR, 1999).

Essa nova forma na qual as Organizações Internacionais, e neste caso as Nações Unidas, devem agir é o que Kaldor (1999) chama de *Cosmopolitan law-enforcement*, que nada mais é que a aplicação das normas no sistema internacional de

²⁵ No Original: (...) Combines respect for universal human principles with a commitment to non-sectarianism and even more strongly a celebration of cultural diversity, an appreciation and a pride in the different ways of being human (KALDOR, 1999, p. 123).

²⁶ Peace-enforcement. Termo utilizado pelas Nações Unidas que autoriza o uso da força, sob a proteção do Capítulo VII da Carta da ONU, pelas tropas das missões de paz da mesma Organização Internacional. Termo este, já utilizado, entretanto, para justificar o uso da força por países como Estados Unidos na guerra contra o Iraque.

forma universal. Ou seja, promover missões ou ações que garantam a segurança dos envolvidos através de políticas que incluam todas as pessoas.

Desta forma, o *Cosmopolitan law-enforcement* se encontra entre o policiamento e a prática militar. Neste contexto do conflitos armados, isso significa que é necessário que as missões de paz da ONU consigam fiscalizar a execução das normas internacionais pelos beligerantes e que, mais que isso, consigam contê-los no que diz respeito a violação desses direitos fundamentais e de guerra.

Já no caso dos Estados o que é necessário é a construção de uma autoridade política legítima. Não no sentido de controle da violência, mas sim no qual a população pode depositar a sua confiança. Para Kaldor (1999), isso vai acontecer a partir do momento que a figura estatal não marginalizar nenhuma identidade política e que a mesma defender grupos e instituições que sejam a favor da narrativa do não-sectarismo. Ou seja, a partir do momento que a governança funcione através de princípios cosmopolitas, de inclusão e que abarque a sociedade civil nos seus processos políticos e econômicos.

Além disso, a autoridade política depende da segurança. O Estado deve cumprir com as suas tarefas de proteger as pessoas, oferecer segurança pública para que um processo político funcione, e agir em apoio aos Estados de direito. Para este papel, são necessárias forças que combinem soldados, policiais e civis, com a capacidade de empreender várias atividades humanitárias e legais²⁷ (KALDOR, 1999, p. 183, tradução nossa).

Ao juntar essas forças do Estado e das Organizações Internacionais, com essas novas interpretações, será possível a diminuição e até a solução para as Novas Guerras. Kaldor afirma que é necessária então, essa visão cosmopolita tanto na governança do Estado como no sistema de leis da comunidade internacional que procure a inclusão dos indivíduos e não a exclusão.

Por fim, percebe-se com essa explanação que sua teoria, diferentes das outras que traz o sistema internacional como naturalmente em guerra, é otimista em relação a resolução encontrada. E é essa a chave que ela propõe.

A visão otimista da evolução atual é a obsolescência da guerra moderna. Guerra, como conhecemos pelos últimos dois séculos, assim como a escravidão, tornaram-se um anacronismo. Os exércitos nacionais, marinhas e forças aéreas podem ser mais do que vestígios do tradicional sistema dos

²⁷ No Original: (...) The task of legitimate security forces is to protect people, provide public security so that a political process can get going, and act in support of the rule of law. For this role, forces are needed that are made up of a combination of soldiers, police, and civilians with the capacity to undertake various humanitarian and legal activities.

Estados-nação. A paz perpétua como se prevê por Kant, a globalização da civilidade e do desenvolvimento de formas cosmopolitas de governança são possibilidades reais²⁸ (KALDOR, 1999, p. 201, tradução nossa).

Para isso acontecer, entretanto, é necessário que o comportamento da comunidade internacional mude. O que a autora recomenda é que aprendamos a lidar com as Novas Guerras e que a partir daí possamos buscar um futuro mais otimista e mais inclusivistas, no qual o conflito armado pode ser solucionado, não através da violência e do medo, mas sim através da legitimidade.

No próximo capítulo analisar-se-á a possibilidade de se ter esse otimismo em relação à infância das crianças nos conflitos armados. Este não é um cenário fácil de traçar considerando que o uso de crianças-soldado não é incomum na África. Ainda mais triste é o recrutamento forçado de crianças pelas Forças Armadas de um país, como é o caso da República Democrática do Congo. Assuntos estes que serão tratados nos próximos capítulos.

²⁸ No Original: (...) The optimistic view of current developments is the obsolescence of modern war. War, as we have known it for the last two centuries, may like slavery, have become an anachronism. National armies, navies and air forces may be no more than ritual vestiges of the passing nation-state. Perpetual peace as envisaged by Kant, the globalization of civility and the development of cosmopolitan forms of governance are real possibilities. Whether we can learn to cope with the new wars and veer towards a more optimistic future depends ultimately on our own behavior.

2. A INFÂNCIA À LUZ DAS NOVAS GUERRAS

O capítulo precedente versou sobre a teoria das Novas Guerras. Princípio este que designa que a natureza das guerras se alterou ao longo dos anos e que é necessário olhar para isso para entendermos o que se passa nos conflitos contemporâneos e, portanto, a partir dessa nova reflexão desenvolver soluções que sejam efetivas no campo das relações internacionais (KALDOR, 1999).

Essas alterações no modo, nos objetivos, nos tipos de armamentos e na economia de guerra propiciaram também a alteração da infância das crianças que coabitam com o conflito armado dos últimos séculos (KALDOR, 1999; FAÇANHA, 2011). O objetivo do presente capítulo é identificar quais são essas mudanças e quais efeitos elas causaram na vida dessas crianças.

Para que isso seja atingido, explanar-se-á sobre o conceito de infância e criança, termos este que são usados como sinônimos, mas que em matérias como a sociologia e antropologia da infância, já possuem significados diversos, já que a criança existe desde o surgimento do primeiro homem, entretanto a infância surgiu apenas no século XIII (ARIÈS, 2011).

Em seguida, analisar-se-á a situação das crianças à luz das Novas Guerras. Conflitos contemporâneos que fizeram com que muitas crianças perdessem a sua infância para a vida de combatente dentro de uma milícia. Explicar-se-á porque isso acontece e quais são os fatores que fazem com que as crianças cheguem ao ponto de virarem crianças-soldado.

Observar-se-á que este é um fenômeno ainda pouco falado no âmbito global, apesar de haver um esforço das Nações Unidas em protocolar novas Resoluções e desenvolver métodos para que o recrutamento infantil seja cessado. Por fim, identificar-se-á qual é a relação das Novas Guerras com a infância e o discurso das Nações Unidas, para que no próximo capítulo consiga-se analisar de forma eficiente quais são as características das Novas Guerras cabíveis ao Congo e como o recrutamento infantil é influenciado por elas.

Essa explanação possui sua relevância, pois a criança é o assunto principal da presente monografia, e por isso, deve ser estudada e analisada a partir da sociologia e pedagogia, temas estes que mais se preocupam com a mesma. A partir daí, é possível uma conexão, com precisão e veracidade, da infância com as Novas Guerras e posteriormente, com os conflitos armados da República Democrática do Congo.

Portanto, o objetivo deste capítulo é trazer ao leitor o entendimento do que termos como criança, infância e recrutamento infantil representam e como isso é traduzido para as Novas Guerras. Assim, teremos a base necessária para entender o conflito e o recrutamento infantil na República Democrática do Congo, assunto do próximo capítulo.

2.1. Criança E Infância

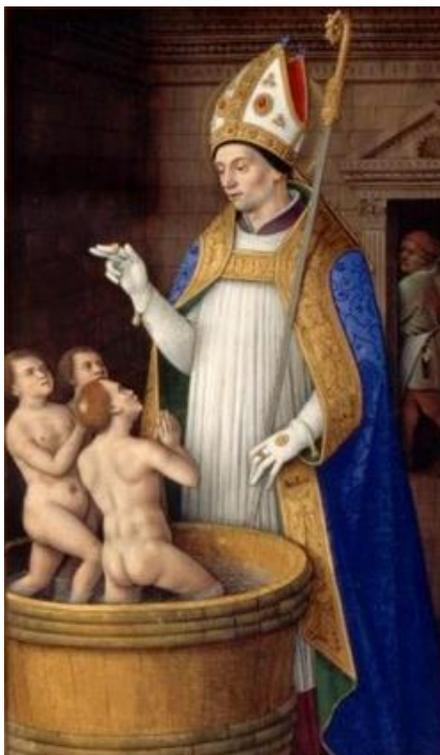
A criança existe desde a existência do homem. Todos nós, antes de sermos adultos, passamos por uma fase de desenvolvimento e de percepções do mundo. Entretanto, apesar da criança estar presente desde o nascimento do primeiro ser humano, o estudo da infância só foi estudado a partir do trabalho de Philippe Ariès, em 1960, no qual o autor discorre sobre a história pelo qual a modernidade do Ocidente se apercebe de suas crianças (BOTO, 2002).

Ariès (2011) traz pela primeira vez, a ideia de que a infância, termo usado com tanta frequência atualmente, é um sentimento que foi socialmente construído, desenvolvido através de uma evolução histórica e cultural. Anteriormente a isso, a criança e a infância existiam e eram estudadas em áreas como da medicina, pedagogia, psicologia, entretanto seus estudos eram específicos e não dava a criança um caráter próprio dela. O autor disponibilizou para a comunidade acadêmica, portanto, um novo modelo de pensamento, no qual a criança deveria ser pensada como um ator relevante na sociedade, o que resultou no processo de incluir a criança como sujeito de direito.

Para Ariés (2011), a criança, até os séculos XII, nada mais era que uma representação da vida adulta em miniatura, a projeção do adulto em escala reduzida. Não havia o sentimento de infância como conhecemos na atualidade, e, além disso, a criança era suprimida das artes²⁹ medievais. A criança, portanto, quando representada possuía um tamanho menor, característico à ela, entretanto, portando todas as feições e aptidões físicas de um adulto, como demonstrado na figura abaixo:

²⁹ Ariés (2011) utilizou da arte – quadros, pinturas, artefatos, livros – para identificar e analisar o modo como a criança era vista no decorrer dos séculos.

Figura 1 - Vie et miracle de Saint Nicolas



Fonte: La France Pittoresque, 2015.

A obra “Vie et miracle de Saint Nicolas”, do século XIII, demonstra bem o que foi designado no parágrafo anterior. A musculatura bem definida, as feições mais maduras e o peitoral definido, são alguns dos padrões retratados na época que acabavam por recusar a morfologia infantil (ARIÉS, 2011).

Isso acontecia, segundo Ariés, porque a criança era vista como um período de rápida transição, logo que ela se livrasse da dependência física, ela já se misturava aos adultos. “A criança-prodígio era o menor que conduzia uma batalha com bravura e força física dos guerreiros adultos. Isso significa que os homens não se detinham diante da imagem da infância, que esta não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade” (ARIÉS, 2011, p. 18).

Outro padrão que demonstra o desinteresse dos adultos pelas crianças até o século XII era o infanticídio tolerado³⁰. Apesar de ser um crime, ele era praticado em segredo. Crianças morriam pela falta de cuidado dos pais, ou asfixiadas enquanto dormiam e nada se fazia para salvá-las. Elas morriam em grande número, fazendo com que as pessoas não sentissem tanto afeto pelo menor. “Isso explica algumas palavras

³⁰ Infanticídio descrito como o assassinato de uma criança. No contexto que Ariés traz é de que a criança morria sob forma de um acidente: as crianças morriam asfixiadas naturalmente na cama dos pais, onde dormiam (ARIÉS, 2011).

que chocam nossa sensibilidade moderna, como estas de Montaigne: Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero” (ARIÉS, 2011, p. 22).

Essa apatia quanto à criança começa a mudar durante o século XII, quando o cristianismo utiliza da figura infantil para descrever o anjo, o menino Jesus, dando a criança uma alma imortal. O sentimento familiar passa a mudar. A criança passa a ser desenhada no seio da família, não sendo ela mais uma parte sem significância, mas sim ela como o centro da pintura (ARIÉS, 2011).

É neste momento, portanto, que nasce o sentimento da infância nos moldes contemporâneos. A família passa a se organizar num processo de privatização da vida familiar, aumentando o convívio entre pais e filhos. A criança sai do anonimato e ganha uma identidade única. “A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que se tornou impossível perde-la ou substituí-la sem uma enorme dor e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela” (ARIÉS, 2011, p. 11).

Esse sentimento de família surge juntamente ao sentimento de educação e preocupação com o futuro de seus filhos. A partir de agora, era necessária a educação da criança para garantir a disciplina e racionalidade dos costumes. A infância, que antes nem existia, passa a ser agora a base crucial para a formação de um adulto moral. Esse discurso, provindo dos eclesiásticos e externos a família, se desenvolve para justificar a necessidade de se disciplinar a criança. “Formou-se assim essa concepção moral da infância que insistia em sua fraqueza mais do que na sua natureza ilustre, que associava sua fraqueza à inocência, verdadeiro reflexo da pureza divina, e que colocava a educação na primeira fileira das obrigações humanas” (ARIÉS, 2011, p.87).

Sendo assim, percebe-se aqui que o sentimento da família surge junto com a escolarização e com o discurso da criança frágil e dependente. Anteriormente a isso, a criança era vista como uma miniatura do adulto, não sendo relacionada a inocência ou a nenhuma característica particular. A partir do momento que a instituição escolar passa a existir, essa particularidade da criança passa, conseqüentemente, a coexistir também. Ou seja, ao mesmo tempo em que se quer proteger as crianças do mundo adulto, procura-se prepara-las para ele através da educação (CAPPARELLI, ALBUQUERQUE, s/d).

Além disso, o sentimento de família tornou-se cada vez mais central, fazendo com que a sociabilização³¹ perdesse lugar para a privatização da vida em

³¹ Sociabilização, segundo Ariés (2011), é a propensão das comunidades tradicionais aos encontros, às visitas, às festas. São as trocas afetivas e as comunicações sociais que aconteciam fora da família, num

família. “A família estendeu-se à medida que a sociabilidade se retraiu. É como se a família moderna tivesse substituído as antigas relações sociais desaparecidas para permitir ao homem escapar a uma insustentável solidão moral” (ARIÉS, 2011, p. 274).

A família, neste contexto, passa a ter uma função social específica, se torna uma instituição essencial para o crescimento da criança, que possui também um papel específico dentro deste núcleo. A criança agora, portanto, é dividida do mundo adulto e passa a ter seu próprio espaço (POSTMAN, 1999). Entretanto, ao ter seu mundo particular a criança da sociedade pré-moderna passa a se tornar invisível nas instituições públicas, a infância passa a ser considerada privada e de responsabilidade da família. A criança passa a ser muda: em sua individualidade, é espectador silencioso; é silenciada na sua voz, que, pelo suposto moderno, não saberá falar por si (BOTO, 2002, p. 57).

As crianças, portanto, perderam a visibilidade, isso se não foram de fato extirpadas do interior dos setores mais dominantes do tecido social, emblemáticos para os adultos, como o mundo dos negócios e do trabalho, as áreas urbanas, e os setores políticos e administrativos (QVORTRUP, 2014, p. 28).

Sendo assim, a criança ao longo dos séculos passou de um movimento que vai da visibilidade, concreta e abundante, no qual a categoria de infância não existia para se tornarem invisíveis em uma modernidade que é para adultos (QVORTRUP, 2014). Podemos, portanto, considerar que a visibilidade contemporânea da infância é, ela própria, paradoxal, pois ao mesmo tempo que a criança se aproxima do sentimento familiar, ela se afasta do mundo dos adultos porque possui seu próprio cotidiano ou ao mesmo tempo que a criança se torna insubstituível nos seios da família ela fica a margem do processo de produção (SARMAMENTO; PINTO, 1997).

Apresentando este histórico da criança, é possível perceber que a infância no seu contexto atual é o resultado de um processo socialmente construído. Se levarmos em conta o século XX, percebe-se que esse contexto da infância invisível já foi alterado, entretanto ainda há muito que se discutir (QVORTRUP, 2014).

2.1.1. A Infância No Século XX

Como pontuado pelos autores acima descritos, Ariés (2011), Qvortrup (2014), Boto (2002) e Sarmamento e Pinto (1997), a criança da Renascença até o século XVIII passou por grandes alterações em sua rotina. Num começo de ser um homem em

ambiente composto por vizinhos, amigos, criados, crianças e velhos, mulheres e homens, no qual todos podiam se manifestar livremente.

miniatura, no qual, faziam parte da vida pública, tinham uma ampla visibilidade e eram sempre representadas com aspectos robustos e fortes. E ao decorrer dos séculos passou por um processo de invisibilidade, conduzido pelo surgimento do sentimento da familiarização e do surgimento da escola, que fez com que a mesma passasse a ser vista como um ser inocente e desprovido de conhecimentos, sendo necessária sua escolarização preparando a para o futuro.

Politicamente, o conceito da criança tornou-se notável no século XX, no qual Ellen Key (1900) invocou uma nova visibilidade infantil. Para a autora este século seria o momento no qual as crianças seriam vista como tendo liberdade de dizerem o que pensavam. Fato este que aconteceu, entretanto nos espaços particulares da infância, ainda não no espaço público (KEY, 1900 apud QVORTRUP, 2014).

Jens Qvortrup (2014) destaca bem este ponto,

a criança não era incluída na humanidade, mas estava em seu percurso em direção à humanidade e assim permanecia em estado de devir e de espera. Como tal, a criança ganhou um alto grau de visibilidade. Suas necessidades específicas foram descobertas e previstas. Uma maior probabilidade de sobrevivência fazia crescer a atenção e a proteção da criança, ao mesmo tempo em que era vista, cada vez mais, como vulnerável. No entanto sob a mesma perspectiva, as crianças, negava-se o tipo, a quantidade e o escopo de participação que lhes eram garantidas anteriormente, mesmo que involuntariamente.

As primeiras décadas do século XX, portanto, foram caracterizadas por inúmeras ações, tanto do Estado quanto da sociedade civil, transformando a infância num projeto. Foram gastos muitos recursos em todo o tipo de serviços, que melhoraram a vida e o bem-estar das crianças, entretanto que as tornaram objetos de controle dos adultos. A criança, portanto, no século XX ganhou a visibilidade de volta, portanto com termos diferentes da Renascença, agora ela é analisada, controlada e representada pelo adulto, e não pela própria imagem (PROUT, 2010). A infância se torna, portanto,

O momento da existência humana mais intensivamente controlado. De maneira diferente, em épocas, diferente e por diferentes caminhos, variando de um segmento da sociedade a outro, a saúde, o bem estar e os cuidados das crianças passaram a ser relacionados com o futuro da nação e com a responsabilidade do Estado, tanto na teoria quanto na prática (ROSE, 1989 apud PROUT, 2010).

Entretanto, um século depois, o que pode se analisar é que o século XX não foi o século da criança. Obteve-se muito desenvolvimento a respeito da criança no seu sentido jurídico, com os documentos internacionais que desenvolvem o conceito de proteção especial aos menores, entretanto o que prevaleceu neste último século foi a deterioração das condições básicas de vida das crianças. Pela análise dos relatórios do The Progress of the Nations (1999) e The State of the World's Children (2000; 2003),

pode-se verificar que nos últimos cinquenta anos a situação da criança melhorou significativamente, período este com o maior número de normas e tratados internacionais protocolados e ratificados pelos Estados, entretanto, percebeu-se que a situação das crianças em termos globais ainda é complexa, porque se na maioria dos indicadores a situação de fato melhorou, noutras frente a situação chegou mesmo a regredir (TOMÁS, 2006).

No que diz respeito à criança-soldado, objeto principal da presente monografia, a criança ainda é invisível e ainda vive sob os moldes dos séculos passados (QVORTRUP, 2014). A maioria dos Estados finge não enxergar o que acontece dentro de seu território, como se ainda considerasse a criança com o aspecto privado do passado. Muitos podem ser as razões para tal, entretanto, neste trabalho, usar-se-á, como já explicitado, a teoria das Novas Guerras que traz a globalização, falência dos Estados e a própria dinâmica das guerras como explicação para o cenário global (KALDOR, 1999). Desta forma, o próximo tópico trabalhará o recrutamento infantil pelas luzes das Novas Guerras, explicitando de forma mais detalhado o que a criança vem passando desde o final do século XX.

2.2. Infância E Os Conflitos Armados

“A prática recorrente de utilizar crianças nos confrontos bélicos está associada a uma mudança que ocorreu no modo como se desenrolam os conflitos armados” (CORREIA, 2013, p.15). Essa mudança, como já vimos no primeiro capítulo desta monografia, são os aspectos das Novas Guerras, que fizeram com que muitos dos civis virassem o alvo principal dos conflitos. Isso quando aplicado às crianças, possui efeitos ainda mais devastadores. Na década de 2000, mais de vinte milhões de crianças morreram em conflitos armados, cerca de quinhentas mortes por dia. Estima-se também que em mais de três quartos dos conflitos armados há a presença de crianças em combate, do qual 80% são menores de 15 anos (MOLINA apud CORREIA, 2011).

Estes dados mostram a relevância que o tema da criança recrutada existe na atualidade e que muito ainda deve ser estudado para que se chegue a uma solução. Neste subcapítulo, analisaremos a criança nas Novas Guerras, e versaremos sobre quais aspectos dos conflitos modernos fazem com que a infância dos infantes se alterem e quais são as suas consequências.

2.2.1. Aspectos das Novas Guerras que alteram a infância

Os conflitos violentos sempre causaram vítimas e destruição. No entanto, os padrões e características dos conflitos armados contemporâneos aumentaram os riscos para as crianças. Segundo Graça Machel,

Cada vez mais, o mundo está a ser empurrado para um vazio moral desolador. Trata-se de um espaço desprovido dos valores humanos mais fundamentais; um espaço em que muitas crianças são chacinadas, violadas ou estropiadas; um espaço em que as crianças morrem de fome e estão expostas a uma brutalidade extrema. Este terror e violência sem regras está patente na vitimação deliberada. Já pouco mais poderá a humanidade descer (MACHEL, 1996, item 3).

Esse fenômeno na infância das crianças é devido, segundo Kaldor (1999), as Novas Guerras, que surgiram no contexto pós Guerra Fria e que possuem novas características que vão acabar com a infância da criança que vive ao redor da violência armada.

Dentre os vários padrões dos conflitos armados atuais, já estudados no primeiro capítulo, o que vale destacar neste subtópico é a presença dos novos atores de guerra, sendo os mais relevantes neste contexto, os grupos armados. Estes, que por serem organismos não estatais, acabam fazendo a prática de técnicas de desestabilização de populações locais com identidades distintas a eles, através da propagação do medo e do ódio. Esses novos métodos de se fazer a guerra afetam diretamente a sociedade civil, sendo as crianças inteiramente afetadas, pois toda a estrutura básica e fundamental das crianças é destruída ou deixa de funcionar. Ou seja, escolas, hospitais, estradas, fazendas, plantações e até mesmo as moradias são destruídas por conta dos conflitos armados fazendo com que as crianças percam toda a rede de apoio social e familiar que lhes é indispensável para viver (FAÇANHA, 2011).

Associado a isso, tem se a corrosão da estrutura estatal que faz com que a infraestrutura não seja construída ou reconstruída. O Estado, já caracterizado pela instabilidade política, corrupção e falta de credibilidade, ao não controlar sua população e suas instituições perde o monopólio legítimo da força fazendo com que esses novos atores não estatais e ilegais busquem o controle do poder central. A privatização da violência, portanto, é outro aspecto das Novas Guerras que afetam a população civil, em especial as crianças (KALDOR, 1999).

Os grupos paramilitares, ao usarem de estratégias de medo e ódio passam a utilizar a sociedade civil como principal arma de guerra, não havendo distinção entre combatente e não-combatentes. Dessa forma, as crianças passam de não-combatentes

para principais alvos das Novas Guerras. Elas, caracterizadas pela sua fragilidade e inocência, passam a ser vistas tanto como possíveis vítimas da guerra quanto como possíveis combatentes no conflito (SALOMON, 2002).

Outro aspecto dos conflitos contemporâneos que faz com que as crianças sejam utilizadas nas guerras é a evolução da tecnologia militar. Nas guerras tradicionais a ideia de se utilizar crianças nas frentes de batalha não era possível, pois as armas e os instrumentos de guerra eram pesados e de difícil manuseio. A partir do momento que as armas se tornaram leves e com mecanismos de fácil utilização, viu-se nas crianças um bom e ideal soldado.

Anteriormente, as armas mais perigosas eram pesadas e complexas, mas estas armas são tão leves que as crianças podem usá-las e, tão simples, que podem ser montadas e desmontadas por uma criança de dez anos. O comércio internacional de armamento tornou as armas de ataques mais baratas e amplamente acessíveis, de forma a que as comunidades mais pobres tenham agora acesso a armas mortíferas capazes de transformar qualquer conflito local numa chacina sangrenta (MACHEL, 1996, art.27).

Percebe-se na citação de Graça Machel (1996) que o barateamento das armas e o comércio ilegal das mesmas é outro atributo das Novas Guerras que acabaram por afetar a infância das crianças em conflitos armados. As armas de maior uso nas guerras atuais são as chamadas armas leves³², que se alastraram, na sua maioria, com o final da Guerra Fria. Os exércitos oficiais, ao não utilizarem mais essas armas, acabaram que se desfazendo das mesmas, fazendo com que elas fossem distribuídas ao redor do mundo pelo mercado ilegal. Por exemplo, as armas utilizadas na Guerra Civil libanesa foram transferidas para a Croácia (LOCK apud COLMER, 2004).

Esse mercado ilegal atuando juntamente com um governo corrupto e com uma demanda por parte dos grupos armados, faz com que as Novas Guerras sejam não somente vistas como um conflito, mas também como um comércio, uma economia de guerra. Ao se tornar um negócio, os conflitos contemporâneos são alimentados por uma série de atores, como mercenários e empresas privadas, que não desejam o fim da violência, fazendo com que as Novas Guerras tenham um novo aspecto que é o de conflito de longa duração (KALDOR, 1999).

Ao ser uma guerra de grande espaço de tempo, as crianças passam a ser utilizadas também pela falta de soldados adultos. Num início a demanda era por combatentes maiores de idade, a partir do momento que este conflito tem longa duração, os senhores de guerra não tem outra alternativa a não ser recrutar crianças e

³² O termo armas leves não se refere somente as conhecidas Kalashnikov, mas também inclui uma ampla variedade de armas que vão desde revólveres simples até bazucas perfurantes (COLMER, 2004, p. 5).

adolescentes que apesar de não preparados, são a única solução encontrada (FAÇANHA, 2011).

Associando a longa duração do conflito com o colapso do Estado, surgimento de novos atores que possuem acesso a armas leves de guerra através do mercado negro e o discurso dominante da criança frágil e de fácil manipulação tem-se o resultado devastador que é o uso direto dos menores nos conflitos armados contemporâneos. Há, portanto, uma relação direta entre as características das Novas Guerras e o aumento de crianças-soldados (FAÇANHA, 2011). Neste subtópico, entretanto, foi abordada essa relação do ponto de vista do conflito armado contemporâneo. No próximo, explicar-se-á a forma pela qual as crianças se afetam, se influenciam e o que muda na infância das mesmas quando elas estão neste cenário de Novas Guerras. Ou seja, a partir de agora, o foco será na criança e na sua infância, e não mais na estrutura da guerra.

2.2.2. A infância nas Novas Guerras: a criança-soldado

A infância de uma criança em zona de guerra é diferente de qualquer outra. Não só pelo fato de que um conflito destrói a estrutura básica da qual uma criança necessita para ter uma vida digna, mas também por afetar a estrutura familiar e social, fazendo com que suas opções sejam limitadas a garantir a sua sobrevivência e a de sua família. Ou seja, as crianças são vitimadas tanto diretamente quanto indiretamente. No segundo caso,

Elas podem ser separadas de seus pais e irmãos mais velhos que partem para lutar e também perdê-los ou vê-los retornar incapacitados física e emocionalmente. Podem ver seus pais mortos, presos, humilhados ou torturados. Elas próprias podem ser baleadas, feridas ou mortas, ver seus lares destruídos ou serem forçadas a fugir deles. Sua educação é truncada, bem como toda a regularidade e ordem de suas vidas. (SALOMON, 2002, p. 78).

Diretamente quando elas são recrutadas para atuar em grupos armados ou ainda no exército oficial do Estado. Cada vez mais jovens tem participado ativamente em situações de guerra, tanto representando grupos governamentais quanto não governamentais, fazendo com que elas percam a sua infância e passem a viver num ambiente, originalmente, para adultos (RIVA, 2012; FAÇANHA, 2011).

Portanto, ao associar a criança às Novas Guerras o que se percebe é que o modo de vida delas está inserido em uma cultura de violência. A violência está presente em todas as atividades rotineiras, além de ser o meio no qual as crianças aprendem a conseguir seus objetivos. Elas, com características vulneráveis, cujas personalidades

ainda não estão formadas convivem numa infância violenta, sem perceber a manipulação e a ressocialização pela quais passam (SALOMON, 2002).

Identificando na violência o método mais eficaz de garantir a sua sobrevivência, aspecto este que lhe é mostrada desde criança e que a mesma passa a reproduzir, a criança, muitas vezes, não vê outra alternativa a não ser entrar para o conflito armado de forma direta. Podendo ser carregando armamento, sendo mensageiro, cozinheiro ou ainda atuando diretamente no campo de batalha, a criança que realiza essas funções passa a ser chamada de criança-soldado (RIVA, 2012).

Este termo, bastante presente em países onde o conflito armado está presente, se conceitua, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) como:

Criança menor de 18 anos, menino ou menina, que faça parte de qualquer espécie de grupo armado ou força armada, regular ou irregular, em quaisquer funções, inclusive, mas sem limitar-se a: cozinheiros, carregadores, mensageiros e qualquer um que acompanhe esses grupos em outra condição que não de membro da família. Isto inclui meninas e meninos recrutados para propósitos de sexo forçado e/ou casamento forçado. Essa definição não se refere apenas às crianças que portam armas³³ (UNICEF, 2003, p. 16, tradução nossa).

Observa-se aqui, que o conceito da criança-soldado, que a ONU utiliza, não está relacionado apenas as crianças que lutam diretamente nas frentes de guerra, mas também ao menor que é influenciado pela violência e que opta por apoiar algum desses grupos. Este apoio, consciente ou não, faz com que a criança seja vista como soldado e dessa forma como guerreiro, adulto, com desenvolvimento físico e mental para tal função, aspecto este que não lhe é característico. Logo, o conceito de criança-soldado é uma fusão de dois termos aparentemente contraditórios e incompatíveis. O primeiro, criança, conota imaturidade, ingenuidade e falta de desenvolvimento corporal e mental. O segundo, soldado, refere-se ao guerreiro qualificado, completo, sabedor de suas funções e com aptidões perfeitas para tal (CORREIA, 2013).

Ao associar esses dois termos o que se tem como resultado é a questão da exploração infantil. Os senhores de guerra, segundo Singer (2006), atores que mais recrutam crianças, ao perceberem na criança seu aspecto frágil e de fácil manipulação passam a usá-las como armas de guerra, pois apesar delas não possuírem as habilidade de um guerreiro, elas possuem vantagens táticas que nenhum outro soldado pode ter.

³³ No original: Any person under 18 years of age who is part of any kind of regular or irregular armed force or armed group in any capacity, including but not limited to cooks, porters, messengers, and anyone accompanying such groups, other than family members. The definition includes girls recruited for sexual purposes and forced marriage.

Estas vantagens são várias. Do ponto de vista da ausência do desenvolvimento mental, as crianças são mais facilmente manipuláveis e doutrináveis, posto que, são menos providas de visão crítica e moral. Além disso, as crianças possuem maior facilidade para aprender desenvolvendo mais habilidades em um espaço de tempo muito menor do que um adulto. Elas assumem riscos maiores e não questionam suas funções, não contrariando as ordens dos superiores e executando de melhor maneira que os adultos. Logo, os grupos armados conseguem adaptar a mentalidade da criança de forma que seus comportamentos e identidades sejam de acordo com os propósitos da milícia (RIVA, 2012).

O fato de serem rápidas e ágeis para determinadas tarefas também auxilia em sua decisão para atuar no campo de batalha. De menor estatura, maior leveza e menos visíveis, as crianças-soldado se esquivam e se escondem mais facilmente, o que ajuda para sua utilização como espiãs ou para enterrar/procurar minas terrestres ou ainda como meninos-bomba (RIVA, 2012).

Outro fator que contribui para utilização de crianças-soldado é o fator econômico. O uso de crianças como soldados possui custo baixo, pois os menores raramente são pagos. Como seu objetivo dentro do grupo armado é a sobrevivência, as crianças não passam pelo processo de assalariamento, mas sim de trocas de favores. A criança trabalha para o grupo paramilitar em troca de comida, roupa, segurança e condições mínimas de vida. A milícia, por sua vez, ao substituir o adulto pela criança, possui um custo menor, pois a mesma se alimenta em menor quantidade, faz menos exigências, e no geral, utiliza menos recursos do que um adulto (RIVA, 2012).

Todos esses fatores, físicos, psicológicos e econômicos, faz com que os recrutadores incluam e ainda prefiram a criança na prática de guerra, recrutando-as de forma violenta. Aqui, portanto, percebe-se que existe o recrutamento compulsório³⁴, caracterizado pelo sequestro ou por outras formas violentas de coerção que fazem com que a criança seja obrigada a fazer parte da milícia. Essa coerção pode ser tanto através da ameaça de morte de um membro da família, quanto através da possível perda de bens materiais essenciais para sobrevivência e a captura dos menores pode ser tanto dentro de suas casas, como em escolas, campos de refugiados e lugares no qual a segurança não está garantida (RIVA, 2012).

³⁴ Também chamado de conscrição.

Entretanto, está não é a única forma de recrutamento. A criança ainda pode optar de forma voluntária ³⁵ pelo sua entrada em algum grupo ou força armada. Esta opção acontece geralmente, pela morte de familiares, destruição dos lares das crianças e decorrente de ataques dos grupos armados às comunidades, ou ainda como forma de proteção dos familiares de novos ataques (FAÇANHA, 2011).

Outra forma das crianças se alistarem ³⁶ é através do sentimento de vingança caracterizado pelo assassinato de seus familiares. As Novas Guerras caracterizadas pelos conflitos de identidades, no qual se aprende a fazer parte de uma identidade e odiar todas as outras, faz com que a criança crie este sentimento de ódio pelo grupo que matou seus pais, fazendo as mesmas terem vontade de vingar a morte de seus familiares. Desta forma, as características das Novas Guerras de Kaldor (1999) faz com que as crianças, que já estão neste meio violento, tenham um interesse inerente pela guerra. Os grupos paramilitares alimentando essa vivência através de seus discursos e treinamentos fazem com que as crianças os procurem de forma voluntária (FAÇANHA, 2011; RIVA, 2012).

Igualmente a isso, existe também o sentimento de poder e glória trabalhada pelas forças e grupos armados. A criança ao se alistar ganha um status social perante o grupo armado. Ela, sem entender o que isso realmente significa, enxerga no recrutamento voluntário uma ascensão e uma possibilidade de ser como o senhor de guerra, aquele ser tão poderoso, que vai salvar e dar a liberdade a todos. O líder do grupo armado, aproveitando dessa situação entrega para a criança uma arma ou algum artefato militar que faz com que a criança acredite que aquilo é a representação da sua força. A arma, dessa forma, é a simbologia do poder e o significado de uma vida melhor. Como descrito no livro de Ishmael Beah, narrativa que conta a história de uma criança-soldado: “Agora eu tinha minha arma e como o cabo sempre dizia: ‘Esta arma vai proteger e dar a você tudo que precisar’” (BEAH, 2007 p. 119).

Associando todos esses fatores descritos ao cenário de pobreza que a sociedade em conflito usualmente se encontra, obtém-se como resultado a decisão voluntária da criança de fazer parte de um grupo armado. Desta forma, quando se fala recrutamento voluntário, a atitude não é interpretada, pela maioria dos autores, como livre da criança, ao contrário, a decisão estaria na fronteira entre a escolha e a coerção,

³⁵ Lê-se voluntária, pois não foi de forma violenta, entretanto os fatores econômicos e sociais fazem com que essa seja a única opção, fazendo com que esse termo seja contraditório.

³⁶ Alistamento utilizado, neste contexto, como sinônimo de recrutamento voluntário.

pois é tomada em um contexto de violência, vulnerabilidade e pobreza extrema (FAÇANHA, 2011).

Sou de Serra Leoa³⁷ e o problema que afeta nós crianças é que a guerra nos força a fugir de nossas casas, a perder nossas famílias e a vagar sem rumo pelas floretas. O resultado disso é que acabamos envolvidos no conflito como soldados, transportando cargas e fazendo muitas outras tarefas difíceis. Tudo por causa da fome, perda da nossa família e da necessidade de nos sentirmos seguros e parte de alguma coisa, quando tudo mais está destruído. Entrei no exército por causa do assassinato da minha família. Eu também tinha que conseguir comida para sobreviver e o único jeito era fazer parte de um pelotão. Não era fácil ser soldado, mas tínhamos que fazer aquilo (BEAH, 2007, p. 193).

Importante também destacar é a vida da criança após seu recrutamento. Sendo ele voluntário ou não, após a sua entrada a criança passa por uma série de treinamentos, que funciona como um rito de iniciação. Em alguns casos as crianças são obrigadas a matar membros da família como forma de romper todos os laços da vida civil. Outras elas bebem sangue, sacrificam ou torturam outros soldados e são expostas a cenas horrorosas. Essas experiências, quando em grande número e com o decorrer do tempo, se tornam banais para as crianças, fazendo com que elas se tornem insensíveis ao sofrimento tanto delas, quanto dos outros (FAÇANHA, 2011; MACHEL, 1996).

Visualizem a bananeira como o inimigo, os rebeldes que mataram seus pais, sua família e aqueles responsáveis por tudo que aconteceu a vocês” – cabo gritou. “É assim que você vai apunhalar quem matou sua família?” – ele perguntou. “É assim que se faz”. Ele pegou a baioneta e começou a gritar e esfaquear a bananeira. “Primeiro furo o estômago, aí furo o pescoço e o coração, e aí arranco o coração e mostro para ele, depois arranco os olhos. Lembrem de uma coisa: ele provavelmente matou os pais de vocês de um jeito muito pior. Continuem” – ele limpou sua faca com folhas de bananeira. Depois que ele falou aquelas coisas ficamos cheios de ódio e enfiamos nossas facas várias vezes nas bananeiras até que as árvores caíssem no chão. “Bom” – ele disse, balançando a cabeça, satisfeito e ponderando sobre alguma coisa que o fazia sorrir por mais tempo que o de costume, durante nosso treinamento, ele repetiu várias vezes a mesma frase: “visualizem o inimigo, os rebeldes que mataram seus pais, sua família e aqueles responsáveis por tudo que aconteceu a vocês (BEAH, 2007, p. 108).

Dessa forma, os treinamentos servem não para prepará-las fisicamente ou psicologicamente, mas sim para exercer a dominação e o controle sobre as crianças. A normalização de todo o processo violento da guerra proporciona aos líderes dos grupos armados soldados muito obedientes e que se sentem parte do grupo. Este sentimento de pertencimento absorvido também durante os treinamentos faz com que a criança passe por um processo de ressocialização que exprime dela todo e qualquer sentimento civil e

³⁷ Narrativa do livro *Muito Longe de casa* de Ishmael Beah que conta a sua própria infância perante o conflito armado da Serra Leoa. Beah foi recrutado e passou por todas as atrocidades que uma criança passa durante um conflito armado, sendo na sua adolescência retirado da guerra e reabilitado a sociedade através dos programas das Nações Unidas (BEAH, 2007).

faz com que ela realmente acredite nos valores, crenças e motivos repassados da guerra. Nesse sentido, os treinamentos significam a remodelação da criança para criança-soldado; da criança sensível, para criança sem sentimentos; da infância visível para infância invisível (FAÇANHA, 2011).

As aldeias que invadíamos e transformávamos em nossas bases enquanto avançávamos e as florestas onde dormíamos tornaram-se minha casa. Meu pelotão era minha família, minha arma era meu provedor e protetor e minha lei era matar ou ser morto. Meus pensamentos não iam muito além disso. Estávamos lutando havia mais de 2 anos e a matança tinha se tornado uma atividade diária. Eu não tinha pena de ninguém. Minha infância tinha passado sem que eu soubesse, e parecia que meu coração havia congelado (BEAH, 2007, p. 121).

Desta forma, o que pode ser analisado nesta seção do capítulo é que os conflitos armados contemporâneos resultam num grau maciço de destruição física, humana, moral e cultural. As crianças, não são só mortas ou feridas, elas crescem privadas de suas necessidades materiais e afetivas. Suas escolas, hospitais, igrejas, templos desmoronam-se. Sua família e amigos são afastados ou mortos e elas ficam sozinhas num cenário violento no qual a insegurança e medo não podem ser avaliados. Além disso, não consegue recorrer ao Estado ou qualquer outra instituição legal, pois o mesmo não consegue garantir seu direito à vida, à educação ou à saúde. Nesse ambiente a criança possui poucas alternativas, sendo a prescrita por 300 mil crianças ao redor do globo o de ser criança-soldado, segundo o Relatório Global sobre as crianças-soldado de 2001 (MACHEL, 1996).

2.3. As Nações Unidas, as Crianças-soldado e as Novas Guerras

Como visto no tópico anterior, o que se percebe é o discurso dominante a respeito da vulnerabilidade na qual a criança-soldado se encontra quando em ambientes violentos. O menor não possuindo todos os preceitos morais e físicos é influenciado por atores, como senhores de guerra, que se aproveitam do ambiente sem regras ou normas que são as Novas Guerras. Assim sendo, diferentemente dos conflitos tradicionais, no qual o Direito Internacional Humanitário³⁸ (DIH) era respeitado, os conflitos armados

³⁸ “Direito Internacional Humanitário, ou direito de guerra, é representado por um corpo de normas relacionadas à guerra e destinadas primordialmente a diminuir o inevitável sofrimento humano dela advindo” (RIVA, 2012, p. 39). Em relação à criança soldado o DIH, através do primeiro Protocolo adicional de 1977 às Convenções de Genebra, estabelece no seu artigo 77, que todas as medidas possíveis deverão ser tomadas pelas partes para evitar o recrutamento de menores de 15 anos e, se incorporada crianças entre 15 e 18 anos, deve-se dar prioridade aos mais velhos. Importante salientar que esse artigo somente possui validade quando a criança é considerada um civil, ou seja, combatente ou não combatente, a partir do momento que ela é recrutada por grupos armados que não respeitam o DIH, ela é

contemporâneos são interpretados como violadores das normas do DIH, dos direitos humanos e dos direitos fundamentais das crianças (FAÇANHA, 2011).

O objetivo desta monografia, entretanto, não é falar sobre os aspectos jurídicos das Novas Guerras ou das leis e normas que não estão sendo cumpridas pelos Estados e atores de guerra, mas sim o de mostrar o discurso que as Nações Unidas apresentaram para realizar os documentos a respeito do recrutamento infantil e a mudança do mesmo nas últimas décadas, período este que a teoria das Novas Guerras foi apresentada. Isso é relevante para a presente monografia, pois é possível verificar a aproximação da ONU do discurso de Kaldor e conseqüentemente da importância de considerar o recrutamento infantil um assunto de segurança internacional. Ou seja, foi através das teorias que abordam esse novo fenômeno das guerras que fez com que as Nações Unidas refletissem sobre as novas situações, como a criança-soldado, que antes eram pouco visíveis à organização e a comunidade internacional em geral.

Para que isso seja possível, apresenta-se um quadro que mostra os principais documentos internacionais protocolados pelas Nações Unidas, com seu ano, nome do documento e principal contribuição para o quadro da proteção da criança. Importante salientar que o objetivo desta figura é a análise do espaço de tempo e do tipo de documento internacional protocolado pela ONU durante as últimas décadas até o ano de 2007.

considerada um combatente fora da lei e portanto não goza da proteção que o DIH fornece às crianças, situação esta que as crianças-soldado mais presenciam com as Novas Guerras (RIVA, 2012).

Figura 2 – Quadro Legal Internacional sobre o Recrutamento Infantil

Quadro Legal Internacional sobre o Recrutamento Infantil		
Ano	Nome	Relevância para o não recrutamento infantil
1924	Declaração de Genebra	Primeiro documento jurídico internacional que fez menção ao direito da criança;
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Documento que desenvolve pela primeira vez a ideia de que a infância deve ser objeto de proteção e assistência especial;
1949	IV Convenção de Genebra	Aparato que explana sobre a proteção de combatentes e não combatentes em tempos de guerra;
1959	Declaração Universal dos Direitos das Crianças	Declaração que desenvolve linhas diretrizes para os direitos e deveres da criança e da família, documento não vinculante;
1977	Protocolos Adicionais das Convenções de Genebra	Instrumento jurídico que proíbe a participação de menores de 15 anos nas hostilidades;
1989	Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC)	Primeira vez que o Estado adquire responsabilidade jurídica pela proteção dos direitos das crianças;
1996	Resolução 51/306 da Assembleia Geral das Nações Unidas (Relatório Graça Machel)	Relatório que denuncia o ataque às crianças nos conflitos armados e sugere uma agenda de ação para os Estados. Primeiro documento que sugere sanções para os Estados signatários que não cumprirem com a Resolução;
1997	Princípios da Cidade do Cabo	Documento que enfatiza a necessidade da idade mínima para o recrutamento, tanto voluntário quando forçado, seja de 18 anos;
1999	Resolução 1261 do Conselho de Segurança das Nações Unidas	Documento que condena o recrutamento e a utilização de crianças-soldado;
1999	Carta Africana sobre o Direito e Bem-Estar da Criança	Documento Internacional Regional que estabelece normas mais rígidas sobre o uso de crianças em conflitos armados. A carta delimita 18 anos, a idade mínima para o recrutamento e cria o Cômite Africano de Especialistas em matéria de Direitos e Bem-estar da criança, órgão este que analisa os casos específicos da África e desenvolve recomendações para os Estados da região.
2000	Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados	Protocolo que permite o recrutamento por Forças Armadas de crianças entre 15 e 18 anos;
2000	Resolução 1314 do Conselho de Segurança das Nações Unidas	Resolução na qual o Conselho solicita a inclusão da perspectiva de gênero nos programas e políticas de proteção à criança;
2001	Resolução 1379 do Conselho de Segurança das Nações Unidas	Documento que evoca pela primeira vez, no âmbito do Conselho, a ideia de sanções, a necessidade de integrar as crianças nos Programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), e cria o mecanismo da “Lista da Infância”;
2003	Resolução 1460 do Conselho de Segurança das Nações Unidas	Resolução que evoca pela primeira vez planos de ação dos Estados em relação ao recrutamento infantil;
2005	Resolução 1612 do Conselho de Segurança das Nações Unidas	Documento que introduz um mecanismo de seguimento e avaliação que permite que a informação chegue ao Conselho de Segurança de uma forma mais eficaz e coordenada.
2007	Princípios de Paris	Documento que aborda a prevenção do recrutamento de crianças em conflitos armados e a impunidade daquelas que violam o direito da criança.

Fonte: Elaborada pela autora.

A figura apresenta os principais documentos protocolados pelos vários órgãos das Nações Unidas a respeito, primeiramente, da criança, já que o fenômeno da criança-soldado era de pequena proporção e posteriormente, especificadamente sobre a utilização de crianças em conflitos armados.

O primeiro documento internacional que faz menção ao direito da criança é a Declaração de Genebra de 1924, no qual se encontram direitos específicos, como o direito à alimentação e à educação, além de prever que, em tempos de guerra, as crianças devem ser as primeiras a receberem socorro (RIVA, 2012). A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 também disponibiliza alguns artigos a criança. Pela primeira vez, em seu artigo 25, a infância passa a ser objeto de proteção e assistência especial. Fator este relevante, pois é a partir daí que se percebe o discurso dominante de que a criança é um ser frágil e que necessita de proteção, como explicitado na primeira parte deste capítulo (ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

Em adição, possui a Declaração dos Direitos das Crianças, 1959, e a Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC), 1989. Documentos estes que desenvolveram diretrizes para os direitos e deveres da criança. A Convenção, sendo caracterizada como uma evolução da Declaração, é o documento mais relevante no âmbito da proteção da criança, pois é o documento com maior ratificação, maior número de artigos e que pela primeira vez possui caráter mandatório³⁹. Desta forma, é a partir de 1989 que os Estados passam a ter obrigações para com as crianças, sendo o mesmo responsável por garantir o direito à vida, à escola, à saúde, à proteção especial, à nome, entre outros direitos fundamentais (ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

Em relação ao direito de guerra, DIH, as Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos adicionais de 1977 são os documentos responsáveis pela proteção dos combatentes e não combatentes em período de guerra. A criança, portanto, passa a ter proteção especial tanto quando considerada combatente, quanto não combatente. No que diz respeito ao recrutamento, o Protocolo adicional de 1977 relativo à proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais, proíbe, pela primeira vez, o recrutamento de menores de 15 anos (RIVA, 2012).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) também produziu documentos que reforçam a segurança infantil em conflitos armados. Desde 1999, o Conselho de Segurança adotou várias Resoluções sobre crianças e conflitos armados – 1261 (1999), 1314 (2000), 1379 (2001), 1460 (2003), 1612 (2005). Na Resolução 1261, pela primeira vez, o Conselho de Segurança condena veementemente o rapto e recrutamento de crianças em conflitos armados, apoia a proteção e decisões tomadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e assegura a assistência humanitária à população civil, em especial as crianças.

No ano seguinte, a Resolução 1314 (2000) estabeleceu medidas mais específicas sobre o tema. O Conselho chamou a atenção para a proteção de meninas afetadas pelos conflitos, solicitando que fosse incluída a perspectiva de gênero nos programas e políticas de proteção à criança. Também incentivou a criação de organismos regionais e nacionais de proteção à criança em conflitos armados que trabalhassem em conjunto com os órgãos das Nações Unidas. E solicitou aos Estados-Membros a assinar e ratificar o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados de 2000.

³⁹ Caráter mandatório, nesse contexto, significa que os Estados devem cumprir com os artigos, é uma obrigação dos mesmos a partir do momento da sua ratificação.

A Resolução 1379 introduziu uma medida pioneira no monitoramento de recrutamento e utilização de crianças em hostilidades. Nela, o Conselho de Segurança pediu que o Secretário-Geral desenvolvesse uma lista que nomeasse as partes do conflito armado, podendo ser as Forças Nacionais ou milícias, que violam suas obrigações internacionais de proteção e não recrutamento infantil. Em janeiro de 2003, a lista foi apresentada pela primeira vez como um anexo ao Relatório do Secretário-Geral sobre crianças e conflitos armados. Neste adendo foram reportadas mais de quarenta entidades violadoras dos Direitos Humanos, partes estas que nunca antes tinham sido nomeadas de tal maneira.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas alarmado com a grande quantidade de grupos violadores listados nos anexos do Relatório de 2003 resolve, no mesmo ano, adotar a Resolução 1460 com o objetivo de efetivar as medidas de proteção às crianças. Neste relatório é retratado o repúdio do Conselho as partes transgressoras descritas no anexo de 2003 e se propõe o início de um diálogo entre a ONU e as partes violadoras.

Este diálogo se efetiva em 2005, com a Resolução 1612 do CSNU, no qual se cria o Mecanismo de Seguimento e Avaliação⁴⁰ (MRM), no qual são apontadas todas as partes que recrutam crianças, sendo estas estatais ou não estatais. A partir disso, o Conselho de Segurança juntamente com o país no qual há presença de grupos armados violadores, é responsável pelo desenvolvimento de um Plano de Ação com o objetivo de conter o recrutamento de menores (ONU, 2005).

Por último, o Princípio de Paris, 2007, foi o documento internacional que propõem soluções para o recrutamento ilegal de menores. Os princípios são constituídos num conjunto detalhado de diretrizes para proteger as crianças do recrutamento e para proporcionar assistência eficaz àquelas já envolvidas nos conflitos armados (UNICEF, 2007).

Após a breve explanação dos documentos internacionais relevantes para a proteção da criança em conflitos armados, faz-se necessária a análise de como as Nações Unidas desenvolveu os mesmos. Inicialmente, importante salientar é o espaço de tempo de um documento internacional para outro. O vácuo temporal existente na figura 2 demonstra a demora que as Nações Unidas tiveram em realizar o documento, como a CDC que demorou 10 anos para ser finalizada, ou em não considerar o assunto emergente. A criança, apesar de já estudada por médicos, psicólogos e pedagogos, ainda

⁴⁰ Em inglês Monitoring and Reporting Mechanism (MRM).

não era vista como um sujeito de direito, e, portanto não estava presente nem no âmbito jurídico, nem no internacional. Isso só se altera no período pós Segunda Guerra Mundial, no qual há a explosão de ONGs e OIs que tratam especificadamente sobre a proteção da criança no âmbito internacional (BALSERA; GARMENDIA, 2006).

Além disso, observa-se que o tema do recrutamento infantil ganhou relevância na década de 1990, época na qual a criança-soldado começava a chamar a atenção da comunidade internacional. Entretanto, este período ainda foi caracterizado por estudos realizados ao redor da criança, no qual já havia a percepção da existência da criança-soldado em grande escala, mas o recrutamento infantil ainda não era tratado no Conselho de Segurança das Nações Unidas⁴¹, um dos principais órgãos da ONU que garante a paz e segurança internacional.

Isso só é alterado a partir da década de 2000 quando nota-se que há uma mudança na agenda do Conselho de Segurança da ONU, período este que a organização passa a abordar assuntos como a proteção aos civis e à criança, alterando a temática da segurança, não apenas questões militares, mas também humanitárias⁴² (PAIVA, 2011).

Neste sentido que é possível analisar que o discurso das Nações Unidas sofreu alteração no que diz respeito ao recrutamento infantil, quando houve a inserção da questão das Novas Guerras no cenário internacional. A própria ONU, apesar de não usar o termo “Novas Guerras”, admite que os conflitos contemporâneos, por causa de suas características atuais, vem afetando em maior número a população civil e em especial as crianças (ONU apud PAIVA, 2011).

É nesse ponto que se observa a inserção das Novas Guerras no âmbito do discurso das Nações Unidas. A partir do momento que as novas teorias trouxeram o fenômeno das Novas Guerras e de toda sua dinâmica econômica, foi possível perceber que a ocorrência do uso de crianças em conflitos armados não era somente uma questão humanitária, mas também de segurança. Isso porque, ao estudar Kaldor, percebe-se que as crianças fazem parte da lógica econômica das Novas Guerras, e ainda mais, elas são

⁴¹ O Conselho de Segurança das Nações Unidas dá a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais ao Conselho de Segurança, que pode reunir sempre que a paz está ameaçada. Sua importância, além de ser o órgão mantenedor da paz e segurança internacional, é o de que todos os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e aplicar as decisões do Conselho de Segurança. Ou seja, enquanto outros órgãos das Nações Unidas fazem recomendações aos Estados membros, apenas o Conselho de Segurança tem o poder de tomar decisões que os Estados membros são então obrigados a implementar no âmbito da Carta (Carta da ONU, 1945).

⁴² Isso pode ser percebido, pois o Conselho de Segurança das Nações Unidas protocola Resoluções, e não convenções ou declarações. A Resolução do CSNU, considerada medida administrativa, possui uma relevância ímpar, pois obriga os Estados membros a cumprirem o que foi protocolado. Ao contrário das Convenções ou Declarações que são legislações internacionais, no qual somente se torna obrigatório a execução se o Estado for signatário.

atores essenciais. O recrutamento de menores faz com que o conflito armado seja de maior proporção, com o menor custo possível. As milícias, o mercado negro, as empresas privadas se aproveitam dessa realidade, fazendo com que as crianças sejam os sujeitos mais afetados (KALDOR, 1999).

Desta forma, quando se estuda o recrutamento infantil, se estuda também a dinâmica das Novas Guerras e, portanto fala-se em paz e segurança. “Preocupar-se com a criança-soldado significa aprofundar o entendimento sobre as novas guerras e contribuir para a paz e segurança internacional” (PAIVA, 2011, p. 67).

Levando em consideração o histórico de documentos internacionais produzido pelas Nações Unidas, percebe-se que a mesma passou a se preocupar com o fenômeno e a trazer essa discussão para o cenário internacional. Os Estados, a partir disso, identificaram o problema do recrutamento infantil, mas como veremos no estudo de caso do próximo capítulo, pouco ainda foi desenvolvido devido a essa dinâmica de guerra complexa que se alastrou no globo. Entretanto, o importante é salientar que o primeiro passo a Organização já deu ao protocolar Resoluções, Convenções e Declarações, descritas na figura 2, que obrigam os Estados a prestarem atenção na criança-soldado. O principal obstáculo, atualmente, é fazer com que os Estados, principalmente os países no qual há algum conflito armado, se mobilizem e quebrem com essa dinâmica das Novas Guerras, no qual a economia de guerra é mais importante que a paz e segurança internacional (FAÇANHA, 2011).

A seguir, portanto, estudar-se-á o estudo de caso da República Democrática do Congo e verificar-se-á se o país é violador ou protetor dos direitos da criança. Para essa análise, primeiramente será analisada as características das Novas Guerras cabíveis ao Estado e posteriormente a RDC e o recrutamento infantil.

3. ESTUDO DE CASO: A CRIANÇA-SOLDADO NA RDC

A República Democrática do Congo (RDC), anteriormente conhecida como Zaire, é um país da África Central que sofre desde a sua colonização com lutas internas por seus recursos naturais. País com grande extensão territorial, sendo o segundo maior Estado do continente, a RDC contém grandes reservas de ouro, diamantes, cobalto, urânio e coltan⁴³, tendo em suas fontes primárias os recursos necessários para se tornar uma potência africana (MUNANGA, 2014).

Além disso, sua posição geográfica o beneficia, já que seu território está presente no coração da África e interliga as cinco regiões do continente, constituindo fronteiras com outros nove países⁴⁴, incluindo Ruanda e Uganda, países de relevância histórica⁴⁵. A RDC possui, também, saída ao Oceano Atlântico por uma estreita faixa à Oeste do país através do Rio Congo, possibilitando o comércio marítimo para todos os países do globo terrestre, conforme ilustrado pelo mapa que segue (MUNANGA, 2014).

Entretanto, apesar da sua riqueza natural e da privilegiada posição geográfica, a RDC ainda é um dos Estados mais pobres do mundo. Com uma população média de 75 milhões de pessoas, o país é o segundo mais baixo no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano⁴⁶, sendo que 63% da população vive abaixo da linha da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2014). A situação se agrava ainda mais quando o tema é crianças. Com apenas 1,5% dos gastos totais do governo para educação, o índice de analfabetismo chegou a 33% em 2010, sendo que 2,5 milhões de crianças abaixo de cinco anos sofrem de desnutrição aguda (INDEX MUNDI, 2007).

⁴³ Recurso da era digital utilizado em aparelhos eletrônicos, chips de computadores e indústria espacial.

⁴⁴ São eles: Congo Brazzaville ou República do Congo, a oeste; a República Centro-Africana e o Sudão, ao norte; Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia, a leste; Zâmbia ao sudeste e Angola ao sul.

⁴⁵ Uganda e Ruanda são os dois países que mais influenciaram e ainda influenciam na política, economia e nos conflitos armados no qual a RDC se encontra. Países acusados de violarem a soberania estatal do Congo utilizam de grupos armados para obter os recursos naturais e eliminar os inimigos presente no país vizinho (SILVA, 2011).

⁴⁶ Segundo o PNUD, O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso, a longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Seu objetivo principal é medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida existentes em todos os países.

Figura 3 – Mapa Político da República Democrática do Congo



Fonte: Global Issues, 2010.

Dentre os vários motivos para estes índices, encontra-se em foco as crises e os ataques ao país, consequência do processo de colonização e descolonização, além das injustiças étnicas e da invasão de países vizinhos. Neste capítulo, tratar-se-á, portanto, das adversidades que a RDC enfrenta, tendo como recorte principal a situação do leste do país, região de Kivu do Norte e Kivu do Sul, desde 2008 até 2013. A delimitação geográfica e espacial se justifica pelo fato de ser nessa região que se encontra o maior número de crianças-soldado, tema principal da presente monografia, e também pelos crescentes combates entre grupos armados e as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC). Esta explanação terá como luz a Teoria das Novas Guerras, sendo trabalhado nos próximos subcapítulos quais características desta teoria que os conflitos na República Democrática do Congo possuem, para posteriormente analisar o recrutamento infantil no país. Com isso, chegar-se-á ao objetivo do trabalho qual seja, o recrutamento infantil na RDC pelas lentes das Novas Guerras.

3.1. Aspectos das Novas Guerras pertencentes à RDC

A Segunda Guerra do Congo, conflito armado que envolveu nove países e inúmeros grupos armados com o resultado de mais de quatro milhões de mortes, chegou ao fim oficialmente em 2003. Entretanto, o que se presenciou, desde então, foi uma tentativa frágil do governo de reconstrução da paz, o que acabou ocasionando outros

conflitos no leste do país. Mais especificadamente, no Norte e o Sul de Kivu, região estas que, desde o fim oficial do conflito do Congo, continuam sendo atormentados pela violência e por conflitos entre diferentes atores, tendo como maiores prejudicados a população que lá habita (THAKUR, 2007).

O Conflito nas Províncias dos Kivus possuem características que podem ser lidas a partir da Teoria de Kaldor, tais como a multiplicidade de atores, incoerência das estratégias do governo e suas Forças Armadas e uma economia de guerra caracterizada pela técnica de medo e ódio.. Neste subcapítulo, portanto, analisar-se-á os aspectos das Novas Guerras e de que forma o conflito no Congo pode ser interpretado por meio deles. Posteriormente será abordada a questão das crianças-soldado no país.

3.1.1. Multiplicidade de Atores

Conforme Kaldor (1999), a globalização trouxe mudanças no âmbito dos conflitos armados ao criar redes transnacionais inclusivas de pessoas, resultando no surgimento de novos atores, internos e externos, que influenciam nos conflitos armados, tanto politicamente. A consequência deste fenômeno é, segundo a autora, a multiplicidade de atores, que constitui umas das características da teoria das Novas Guerras. Estes novos atores são:

f) As Forças Armadas Regulares ou exércitos nacionais: representantes da figura do Estado e anteriormente os únicos atores do campo de batalha;

g) Grupos paramilitares ou milícias: grupos não estatais que lutam pelos próprios interesses. Atualmente é a unidade mais comum nas Novas Guerras, caracterizado por muitos soldados, que antes lutavam pelo Estado, mas devido ao enfraquecimento do mesmo, estes passam a combater para defender suas crenças;

h) Unidades de autodefesa: indivíduos que se unem para defender seu território local. Estas unidades são difíceis de manter ao longo dos conflitos armados pela falta de recursos. Por ser um grupo relativamente pequeno, não possui relevância para os sujeitos econômicos da guerra, fazendo com que muitas vezes esse elemento seja incorporado em algum desses outros tipos de atores combatentes, na sua maioria, nos grupos paramilitares;

i) Mercenários estrangeiros: grupo e unidades de combates privadas que tem interesse pela guerra, pois é ela quem lhes disponibiliza recursos econômicos.

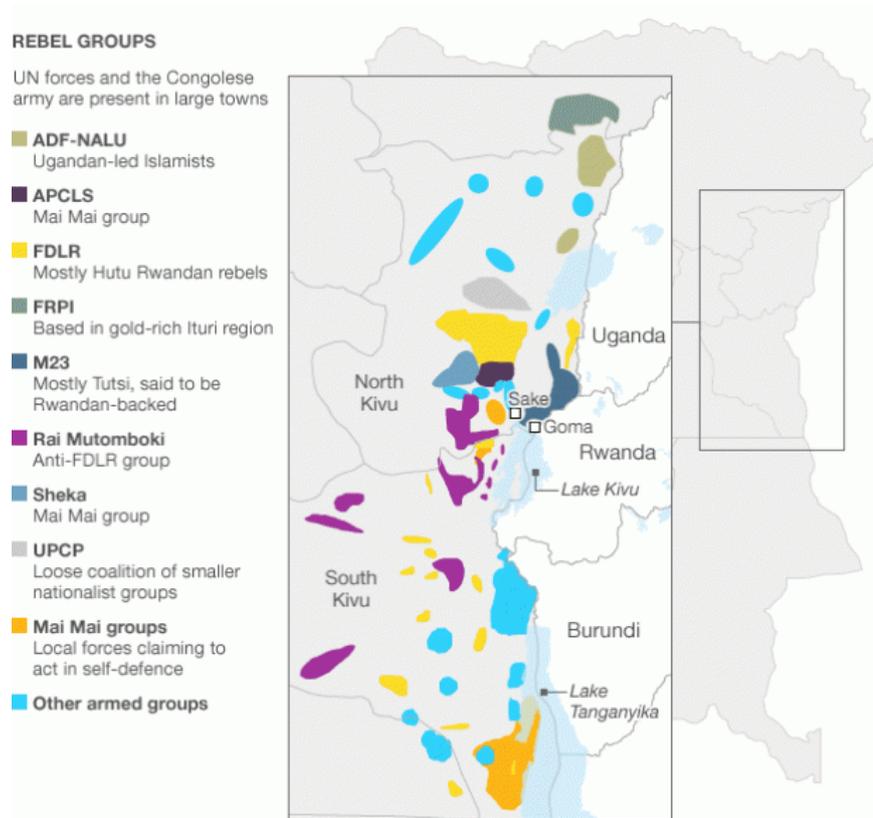
j) Tropas estrangeiras regulares: exércitos internacionais que atuam sob a proteção das organizações internacionais, como é o caso dos exércitos de operação de paz das Nações Unidas (KALDOR, 1999).

Dentre eles, há no conflito do Congo a presença de mais de 50 atores envolvidos que se dividem entre as classificações de Kaldor. Os agentes de maior número são os grupos paramilitares, tanto rebeldes quanto aliados ao governo, que surgem e se desfazem conforme o agravo da situação do leste do país.

Além das milícias, há a presença das Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), ator de bastante relevância no trabalho, pois o representante oficial do Estado responde pela violação dos direitos das crianças, sendo ele responsável pelo recrutamento e abuso infantil dentro do seu território. E por último, há a presença de tropas estrangeiras regulares, sendo representadas pela Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), que se encontra no país há mais de 15 anos protegendo os cidadãos.

A figura 4 exemplifica os atores não estatais presentes no leste do país no ano de 2012. Segundo o IGC Report nº 56 (2003), os perpetradores incluem: 1) As tropas de ocupação do exército Ruandês; 2) As milícias contrárias ao governo central aliados à Ruanda; 3) As proxies de Kinshasa, incluindo grupos paramilitares nativos, Mai Mai, hutus ruandeses, FDLR. Destes atores, os que recrutaram menores, durante o período de 2008 a 2013 nos Kivus, são as milícias FDLR, M23, Mai Mai e as Forças Armadas do Congo, sendo estes os principais atores identificados pela presente monografia.

Figura 4 – Localidade dos Grupos Rebeldes nos Kivus em 2012



Fonte: BBC, 2013.

As Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR) é uma das milícias mais abusivas e poderosas no leste da RDC. Grupo armados, de maioria hutus, criado na mesma região após o genocídio de Ruanda⁴⁷, de 1994. Devido à este conflito, mais de um milhão de hutus se refugiaram no Congo temendo retaliações. O FDLR criou raízes nas Províncias dos Kivus, e 2002, contava com um contingente militar de, em média, 15 mil, todos acusados de crimes brutais perpetrados contra civis e crianças (ONU, 2014).

As estratégias utilizadas pelo FDLR são as de pilhagem, extorsão e roubo de cidadãos, além de bloqueios nas estradas para o extravio de dinheiro e pertences. Técnicas de medo e ódio são utilizadas na mesma proporção para o recrutamento de menores, grupo este que é listado no Relatório Anual sobre Crianças e Conflitos

⁴⁷ O Genocídio de Ruanda se iniciou quando o avião do então Presidente Hutu Juvenal Habyarimana caiu, fazendo com que os hutus (tribo de maior número em Ruanda, porém historicamente com menor representação no governo) se rebelassem e iniciassem um processo de limpeza étnica contra os tutsi. Em poucos meses, os hutus, com apoio do exército Ruandês massacraram mais de 800 mil Tutsi e hutus moderados. No final de 1994, os tutsi conseguem retornar ao governo, fazendo com que mais de dois milhões de Hutus se refugiassem no seu vizinho, Congo, com medo de alguma retaliação. (ANDREOTTI, 2013)

Armados devido ao alistamento infantil, além de ser um, dentre os três grupos armados que mais abusam sexualmente as crianças menores de 18 anos.

Um dos motivos pelo qual a FDLR está presente na região leste do país desde seu surgimento é pelo fato de que a milícia é contrária ao governo tutsi de Ruanda, assim como o Presidente da RCD, Joseph Kabila. Dessa forma, a FDLR é uma força proxy congoleza que atua no leste do país com o objetivo de manter Ruanda ocupada, impedindo que o país vizinho intervenha ainda mais no Congo. “A FDLR é vista como um incômodo útil contra Ruanda que mantêm esse país atolado por preocupações com a segurança impedindo que ele tenha qualquer papel influente na região”⁴⁸ (RWAGATARE, 2015). Dessa forma a impunidade que a FDLR possui é a razão pela qual ela recruta, abusa sexualmente, mata e feri menores, além de atacar estruturas básicas, como escolas e hospitais.

Além dessa milícia, há também os grupos Mai Mai. Trata-se de uma milícia nativa, composta de seis principais grupos⁴⁹, que acredita que as terras do Congo pertencem à eles e não aos estrangeiros hutus, tutsis ou Banyamulenges, sendo estes, portanto, seus inimigos. O grupo é acusado de aterrorizar a população local com a violação sistemática e recrutamento forçado de comunidades nos instáveis territórios de Walikale e Masisi da província de Kivu do Norte.

Segundo os Relatórios Anuais sobre Crianças e Conflitos Armados, os grupos Mai Mai são os maiores violadores dos direitos das crianças, sendo a milícia que mais recruta menores na RDC. No ano de 2013, o grupo paramilitar foi responsável pelo recrutamento de 297 crianças de um total de 910 alistamentos e conscrições. Além disso, o relatório apontou o assassinato de duas meninas de quatro anos de idade queimadas vivas dentro de uma cabana, enquanto outras eram mortas ou mutiladas por setas ou balas (ONU, 2014).

O ano anterior não foi menos devastador. De um total de 578 recrutamentos de menores, os grupos Mai Mai foram responsáveis por 263 casos. Esses números, assim como a FDLR, podem ser associados ao fato de que os grupos Mai Mai não são ameaças ao governo local e ainda mais, ajudam-no ao lutar contra as forças armadas e proxies de Ruanda. A consequência dessa união durante os conflitos armados

⁴⁸ No original: “the FDLR is seen as a useful nuisance against Rwanda that will keep that country bogged down by security concerns and prevent it from playing any influential role in the region.”

⁴⁹ São eles: Mai-Mai Yakutumba, Raia Mutomboki, Mai-Mai Nyakiliba, Mai-Mai Fujo, Mai-Mai Kirikicho e Resistance Nationale Congolaise, grupos estes que possuem o nome do líder no título.

caracterizados pelas Novas Guerras é a vitimização dos não-combatentes, e em maior medida, das crianças.

Associada a essa aliança, há também as Forças Armadas da República Democrática do Congo, forças que representam o Estado e que mesmo assim responde pelo recrutamento e conscrição de menores. Essa peculiaridade aconteceu pelo processo consequente do Acordo Todo Inclusivo de 2002, que propôs a rápida integração dos grupos armados nas FARDC sem o devido treinamento, fazendo com que os soldados não mudassem seu formato e técnicas de guerra. A falta de uma doutrina efetiva que absorvesse os diferentes grupos militares igualmente, associado com os baixos salários, 10 dólares por mês, fez com que as Forças Armadas congoleesas fossem incapazes de cumprir com seu papel de segurança da população, alimentando ainda mais esse processo de medo e ódio designado por Kaldor (1999) como essencial para a continuação do ciclo de guerra.

A MONUSCO, associada com o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), entretanto, utiliza da maioria dos seus esforços para acabar com o recrutamento infantil por parte das FARDC. A missão de paz oferece treinamentos para soldados do efetivo nacional e programas de Desarmamento, Desintegração e Reintegração (DDR) para crianças-soldado. Já o CSNU, através de resoluções e pressões internacionais, propõe aos Estados a criação de Planos de Ação que acabem com as violações contra as crianças. Dessa forma, a ONU, através de seus órgãos, é um outro ator relevante para as Novas Guerras, ao ser o agente internacional capaz de interferir legalmente no conflito armado e ajudar tanto a população, quanto o governo (SILVA; MARTINS, 2014).

Por fim, o último ator relevante na presente monografia é o Movimento M23, milícia, de maioria tutsi que possui o apoio de Ruanda. Grupo paramilitar surgido em 2012, decorrente da deserção de soldados da FARDC descontentes com o processo de *brassage*, entrou em combate com as forças armadas no mesmo ano, agravando a situação nas Províncias dos Kivus (IRIN NEWS, 2012).

Em dezembro de 2012, o M23 invadiu Goma, capital do Kivu do Norte, alegando a necessidade de um governo melhor, com segurança, democracia e acesso político e econômico à todas as etnias, mas com a opressão do movimento pelas tropas estrangeiras da ONU e da FARDC, a milícia teve fim no ano de 2013 (IRIN NEWS, 2012).

Apesar de ter tido uma vida curta, a milícia foi responsável por atrocidades contra as crianças. Listada, segundo Relatório Anual sobre Crianças e Conflitos Armados, pelo recrutamento de, em média, 100 crianças entre 2012 e 2013, sendo 65 crianças conscritas de Ruanda para lutar no Congo, o M23 foi um grupo paramilitar caracterizado pelo uso da técnica de medo e ódio. Além do mais, a milícia possui um papel importante no contexto atual, pois foi o movimento responsável pelo agravamento da situação no leste do país. Apesar de não ser o maior violador dos direitos das crianças o M23 foi a milícia que se aproveitou da ausência de mecanismos fiscalizadores dentro das Forças Armadas e da fragilidade do governo para conseguir chegar aos seus objetivos, demonstrando que o governo congolês ainda não possui a legitimidade necessária para garantir a segurança do país, um outro fator essencial das Novas Guerras de Kaldor, que será tratado nos tópicos subsequentes (ONU 2013; ONU, 2014).

Dessa forma, neste subtópico foram apresentados os múltiplos atores presentes no conflito do leste do Congo, sendo os agentes que utilizam do recrutamento infantil, do período de 2008 a 2013, as milícias M23, FDLR e Mai Mai, além das Forças Armadas da República Democrática do Congo. Ademais, a ONU é um ator na proteção dos direitos das crianças, sendo ela outro agente considerado importante dentro do cenário atual na RDC, comprovando, desta forma, a primeira variável de Kaldor cabível ao país.

3.1.2. Economia de Guerra

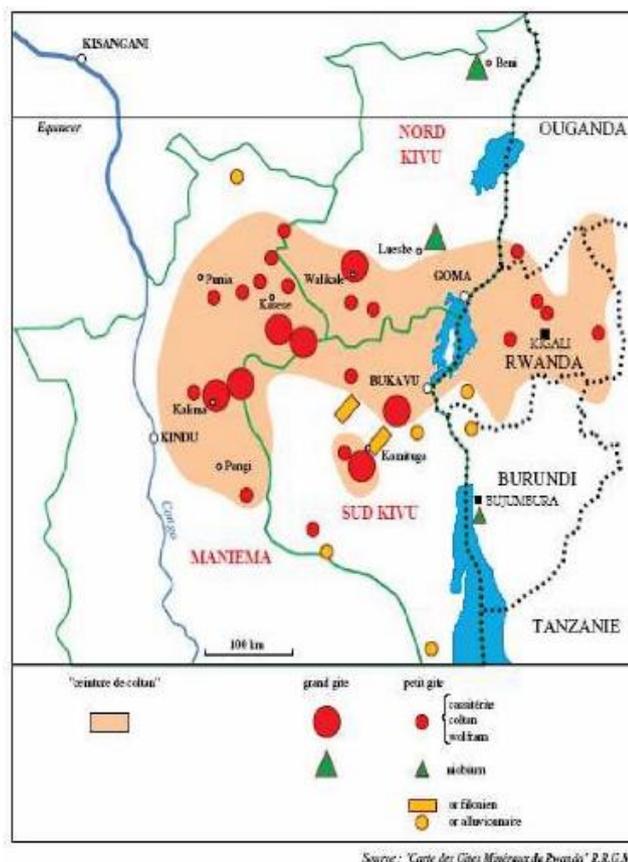
Outro aspecto das Novas Guerras que condiz com o conflito no leste do Congo é a dinâmica da economia de guerra. Segundo Kaldor (1999) a economia de guerra é caracterizada pela descentralização do Estado, que, devido à multiplicidade de atores, passa a depender de outros meios para a sua sustentação. A produção doméstica, que anteriormente era um meio de sobrevivência do Estado, já insuficiente devido ao prolongamento da guerra, faz com que o dinheiro público diminua drasticamente, sendo necessário um novo formato de financiamento, tanto por parte da população e grupos armados, quanto por parte do governo, que já não possui autoridade suficiente para controlar os civis.

Esse formato encontrado pelos atores das Novas Guerras, na RDC, foi a extração dos recursos naturais abundantes na região do leste do país. Este meio pode

não ser considerado novo, entretanto a quantidade, a formalidade e o número de agentes que utilizam da extração dos recursos naturais, se tornou maior e mais profissional com o avanço do conflito, durante os anos 1990 e 2000 (JACKSON, 2003).

A Região das províncias dos Kivus que sofre com conflitos desde 1994, possui grande reservas de Coltan, cassiterita e Tungstênio, todos materiais utilizados na fabricação de armamento e aparelhos tecnológicos, que fizeram com que a guerra no leste do país fosse para além de suas razões tradicionais⁵⁰. A figura 5 mostra as riquezas na região leste do país, nela pode-se observar que as cidades de Walikale, no Kivu do Norte e Kamituga no Kivu do Sul, são as regiões que apresentam maior concentração desses minérios (TUNGUMUNA, 2014).

Figura 5 – Mapa dos Minérios presente no leste da RDC



Fonte: Wordpress, 2010

⁵⁰ As guerras do Congo foram guerras que tiveram motivações étnicas, de injustiça histórica, de falta de estrutura estatal e da intervenção de países vizinhos, não sendo conflito com objetivos econômicos, inicialmente. Entretanto, o histórico que o país possui - de grandes extrações desde a sua colonização, de corrupção e do uso de recursos naturais para próprio enriquecimento - foi o incentivo para a extração dos mesmos como sustentador da guerra e dos atores envolvidos nela (JACKSON, 2003).

Historicamente, a cassiterita foi extraída desde os tempos coloniais. Inicialmente extraída de maneira informal⁵¹, a cassiterita ganhou grande importância nos anos 1990. Com o avanço da tecnologia e a percepção de que a cassiterita e o Coltan tinham grande relevância para o mercado de celulares, computadores e de armamento, o mercado estrangeiro e os países vizinhos tiveram grande interesse nas terras congolenses (JACKSON, 2003).

Esse interesse associado ao fato de que nessa mesma época os conflitos nos Kivus se iniciavam, fez com que as empresas, os grupos armados, os indivíduos e os próprios estados envolvidos na guerra encontrassem na extração os meios necessários tanto para a entrada na guerra quanto para a manutenção da mesma (JACKSON, 2003).

A Primeira Guerra do Congo é um exemplo disso. Kabila, ao destituir Mobutu, negociou com empresários e multinacionais que passaram a ter monopólios de extração em troca de apoio financeiro para a guerra. Esse apoio fez com que Kabila resistisse tanto a primeira quanto a Segunda Guerra do Congo. Ou seja, Kabila, para sobreviver a guerra e se manter no poder, acionou multinacionais que não faziam parte do conflito, mas que por interesses econômicos acabaram participando do conflito indiretamente⁵² (SILVA, 2011).

Da mesma forma, países como Angola, Zimbábue, Namíbia, as principais forças defensoras, aceitaram apoiar Kabila em troca de contratos de extração das regiões do Oeste do país, que minimizassem seu ônus durante a guerra. O exemplo mais notório do caso foi a criação da empresa COSLEG, uma empresa resultante de uma *joint venture*⁵³ entre suas companhias, uma associada a Kabila (COMIEX) e outra por altos oficiais e funcionários da área de defesa do Zimbábue (OSLEG) (SILVA, 2011).

Além disso, a participação de forças externas possibilitou que tropas de países vizinhos iniciassem a expropriação de recursos naturais, visando o enriquecimento pessoal, nacional e o financiamento para os esforços da guerra. Esse processo se iniciou durante o primeiro conflito e se alastrou principalmente durante a Guerra Africana, tendo sido usado principalmente por forças agressoras (JACKSON, 2003).

⁵¹ No qual pequenos grupos, na sua maioria fazendeiros, escavavam poucos metros e obtiam em média de dois quilos por dia (JACKSON, 2003).

⁵² Foi o caso da empresa American Mineral Fields (AMF), multinacional americana que apoiava Mobutu, mas que ao perceber o poder de Kabila passou a fornecer milhões de dólares para a AFDL, em troca de contrato para a exploração do cobalto e do cobre (DUNN, 2002 apud SILVA, 2003).

⁵³ Joint venture foi o meio desenvolvido pelo governo da RDC que efetivava as parcerias com os países. Relacionado com o financiamento dos esforços de guerra. Enquanto um país disponibiliza sua força militar, o outro facilita as operações de extração dos minérios (SILVA, 2011).

Assim sendo, Uganda e Ruanda utilizam da sua facilidade em entrar nos Kivus e do Estado fraco na região para iniciar o controle da mesma. Esse controle, iniciado na Primeira Guerra do Congo, foi inicialmente artesanal, com times pequenos e próximos a superfície. Entretanto, com o advento da Segunda Guerra do Congo, da necessidade, cada vez maior, de dinheiro para a sustentação da Guerra e do aumento de atores da guerra, fez com que os grupos armados, os países e os empresários passassem a brigar entre si pelo domínio das minas (JACKSON, 2003).

Em algumas áreas os atores militares operam suas próprias extrações, sendo grupos armados ou a própria FARDC o órgão responsável pela extração do minério. Em outros ambientes, os órgãos militares protegem os mineradores em troca de uma porcentagem dos minérios. Independente de qual é o formato, o importante de salientar aqui é a economia de guerra que se criou em cima dos recursos naturais do Congo (IGC REPORT, 2003).

A atividade sistêmica desenvolvida entre os setores militar e econômico fez com que a guerra se tornasse um círculo vicioso. No caso dos Kivus, o Coltan, uma das principais commodities da região, permitiu, e ainda possibilita, que o exército de Ruanda sustente a sua presença no Congo (IGC REPORT, 2003).

O exército fornece proteção e segurança para os indivíduos e empresas de extração do Coltan. Estes captam o dinheiro que é compartilhado com o exército, que em troca mantém o ambiente conflituoso da guerra que possibilita a continuação da extração por parte da empresa/multinacional/fazendeiro⁵⁴ (UN PANEL OF INQUIRY, 2001 apud JACKSON, 2003, tradução nossa).

Assim sendo, independente se o fator econômico foi ou não o motivo inicial dos conflitos nas províncias dos Kivus, ele é o aspecto mantenedor da mesma e a razão do conflito não ter sido solucionado. Além disso, o aspecto violento da guerra é uma peculiaridade que deve existir para que a extração, na sua maioria ilegal, possa acontecer (JACKSON, 2003).

Dessa forma, a violência é implantada para que pessoas, com medo das retaliações, se desloquem para longe das áreas rurais ricas em minérios de ferro, permitindo que as forças militares se aproveitem da região. “No Kivu do Sul, um número de vilas ao redor de Kalonge e Bunyakiri foram esvaziadas em 1999 e 2000

⁵⁴ No original: ‘The army has provided protection and security to the individuals and companies extracting the mineral. These have made money which is shared with the army, which in turn continues to provide the enabling environment to continue exploitation (UN PANEL OF INQUIRY, 2001: Paragraph 130).

para limpar o caminho para a produção do Coltan”⁵⁵ (ICG REPORT, 2003, p. 24, tradução nossa) .

A mesma coisa acontece no conflito atual na região. No Kivu do Norte a exploração das principais minas, por exemplo de Walikale e de Manjuredjipa, tem sido controlada pelas Forças Armadas da República Democrática do Congo e por vários grupos armados, como a ruandesa FDLR e a nacional Mai Mai. No Kivu do Sul, os principais embates são para o controle das minas em Mwenga, Walungu, Kalehe e Fizi. (TUNGUMUNA, 2014)

Para que este controle possa acontecer, a incidência de ações violentas é necessária e é isso que vem acontecendo na região leste do país. No conflito atual, comunidades rurais estão sendo o alvo, o medo é implantado e muitas vezes, apenas o rumor de que forças militares estão chegando na comunidade faz com que todos os moradores vão embora. Segundo o ACNUR, 2012, até setembro de 2012, foi registrado 17 mil refugiados e 679 mil deslocados internos provenientes do Kivu do Norte, e 81 mil refugiados e 851 mil deslocados internos vindos do Kivu do Sul. Esse número elevado mostra a insegurança da região e a vulnerabilidade que ela se encontra, sendo este o ambiente propício para a extração irregular do Coltan (TUNGUMUNA, 2014).

Dessa forma, a extração de minérios é uma economia de guerra utilizada pela maioria dos atores envolvidos que vai além do que um conflito étnico ou de interesses do Estado, mas sim de interesses individuais. Aqui, portanto, percebe-se a aproximação das características das Novas Guerras com o conflito da RDC. A privatização da guerra nos Kivus, tanto por forças armadas, quanto por milícias, associado à técnica de medo e ódio utilizado pelos mesmos, legitima suas operações ao expulsar a população local e permitir a extração dos minérios, caracterizando a economia de guerra (KALDOR, 1999).

Esse ciclo de extração do Coltan, aumento do poder bélico dos grupos armados, aumento da violência na região e o crescimento no número de atores fez com que o conflito no leste do Congo perdurasse durante esses 50 anos. A seguir, relacionar-se-á também, a esses fatores, a incapacidade estatal, outro aspecto de Kaldor que influencia na dinâmica das Novas Guerras e que é relevante para o aumento do número de crianças-soldado no Congo.

⁵⁵ No original: “In South Kivu, a number of villages around Kalonge and towards Buniakiri were emptied in 1999 and 2000 to clear the way for coltan production”.

3.1.3. Capacidade Estatal

A capacidade estatal é outro fator das Novas Guerras que mudaram ao longo do século XX e que influenciam os conflitos contemporâneos e a dinâmica social como um todo. Para Kaldor, o processo de globalização foi caracterizado pelo vácuo do poder estatal. A fraqueza do Estado, identificada, pela falta de recursos do governo, dentre outros motivos alta corrupção, fragmentação social, serviços públicos precários, violação das normas do direito e insatisfação da população local, faz com que o país não consiga cumprir com as suas funções básicas de segurança e monopólio da força, perdendo a sua legitimidade (KALDOR, 1999).

A fraqueza do Estado, no contexto pós Guerra Fria, aconteceu, em países como a RDC, quando os Estados Europeus deixaram as suas colônias sem os aparatos institucionais, econômicos e políticos adequados. Com o colapso da arquitetura bipolar, que caracterizou o sistema internacional por cerca de 50 anos, o apoio concedido pelas grandes potências aos seus respectivos aliados deixou de existir por essa razão. Como consequência, os estados-colônia se viram muito fracos e dependentes da ajuda externa (SILVA, 2011).

A República Democrática do Congo, enquanto colônia da Bélgica, vivenciou esse cenário e atualmente sofre as consequências de um passado marcado pela extração de recursos naturais, injustiças raciais e conflito armados constantes. O país se encontra, segundo o *Fragile States Index*, entre os cinco Estados mais frágeis dentre os 178 países de estudo, desde 2009, sendo esta a metodologia usada para a identificação da fraqueza estatal do Congo (FUND FOR PEACE, 2015).

O *Fragile States Index* é uma ferramenta, desenvolvida pelo *Fund for Peace*⁵⁶, que mensura a fragilidade de um país através de quatro pilares principais. São indicadores sociais, econômicos, políticos e militares, que se somam numa nota que vai de 10 a 120 pontos, sendo a maior soma o país com o maior índice de fraqueza (FUND FOR PEACE, 2015).

Esses indicadores ainda se subdividem em doze categorias que levam nota de zero a dez, sendo estes os traços utilizados na presente monografia. São eles:

⁵⁶ O Fundo para Paz é uma organização independente, sem fins lucrativos e apolítica que, através de pesquisas, treinamentos e educação, trabalha para prevenir conflitos e promover a segurança sustentável. O objetivo da organização é desenvolver ferramentas práticas e úteis para a identificação e portanto, melhoria das falhas dos tomadores de decisão. Uma das ferramentas, dessa forma, é o *Fragile States Index* (FUND FOR PEACE, s/d).

1. Pressões Demográficas: pressões sobre a população relacionada à doença e desastres naturais que dificultam a ação do governo em proteger seus cidadãos;
2. Movimento de Refugiados: números relacionados ao deslocamento da população tanto internamente, quanto para outro país;
3. Grupos Insurgentes: indicador relacionado à violência e tensão entre grupos armados e o Estado, como discriminação, violência étnica, entre religiões e pública.
4. Migrações e fuga de capital humano: migração de pessoas capacitadas e educadas deixando um vácuo do capital humano no país.
5. Desenvolvimento econômico desigual: índice econômico que analisa as disparidades étnicas, religiosas ou regionais do país. São utilizados índice de GINI, número da população em favela e acesso à infraestrutura básica, por exemplo;
6. Pobreza e declínio econômico: indicador que analisa a pobreza e a economia do país, como PIB, PIB per capita, taxa de desemprego e inflação;
7. Legitimidade estatal: analisa a corrupção e a representatividade do governo através de índices relacionados ao nível de democracia, processos eleitorais violentos ou não, comércio ilegal, participação política.
8. Serviços públicos: capacidade do estado em prover serviços de educação saúde e infraestrutura básica, como índices de escolaridade, segurança, saúde, distribuição de energia e água.
9. Direitos Humanos e Estado de Direito: capacidade do estado em garantir o respeito aos direitos internos e internacionais. São analisados índices como liberdade de expressão, liberdades civis, religiosas e políticas, além de números sobre tráfico de pessoas, tortura e execuções.
10. Aparatos de Segurança: capacidade do Estado em ter o monopólio legítimo da força. Analisa índices como a proliferação de armas leves, os conflitos internos, o número de grupos rebeldes e prisioneiros e fatalidades nas hostilidades.
11. Elites fracionadas: analisa as lutas, conflitos e diplomacias relacionadas à política e ao poder central, como as lutas pelo poder, competição política, deserções e eleições fraudulentas.

12. Intervenção externa: a interferência de atores externos na política, economia e segurança local. Neste quesito se encontra a presença de missões de paz, organizações internacionais e exércitos estrangeiros (FUND FOR PEACE, 2016).

Esses doze indicadores são analisados pelo *Fund for Peace*, desde 2005, todos os anos gerando o *Fragile States Index*. A nota final, que vai de 10 a 120 pontos, indica se o país é sustentável, estável, em aviso ou em alerta, sendo este último o nível de maior fragilidade (FUND FOR PEACE, 2015).

A República Democrática do Congo é o país que se encontra desde o início dos estudos, em 2005, entre os dez países problemas (*The trouble ten*), considerados os Estados com maiores índices de fragilidade. Entre 2012 e 2013, o país se encontrou em segundo lugar no ranking, perdendo apenas para a Somália, com um total de 111,9 pontos (FUND FOR PEACE, 2013).

Os indicadores que apresentaram nota máxima no ano de 2013 foram o de Movimento de Refugiados, Pressões Demográficas e Mecanismos de Segurança, além de altas notas para a questão da violação dos direitos, interferência externa e legitimidade do governo, conforme indica a figura 6 (FUND FOR PEACE, 2013).

Figura 6 – Fragile States Index da RDC no ano de 2013⁵⁷

Failed States Index	Total	Pressões Demográficas	Movimento de Refugiados	Grupos Insurgentes	Migrações	Desenvolvimento Econômico Desigual	Pobreza e Declínio Econômico	Legitimidade Estatal	Serviços Públicos	Direitos Humanos	Aparatos de Segurança	Elites Fracionadas	Intervenção Externa
2013	111,9	10,0	10,0	9,4	7,1	8,8	8,5	9,6	9,5	9,8	10,0	9,5	9,7

Fonte: Fragile States Index, 2013

Esses altos números e a consequente posição no ranking aconteceram, segundo o Relatório do *Fragile States Index* de 2013, devido ao surgimento do Movimento M23 na região leste do país e da crescente violação dos direitos humanos,

⁵⁷ Importante Salientar que até 2013 o nome utilizado pelo Fund for Peace para o indicador era Failed States Index. Essa nomenclatura é alterada em 2014, sendo chamado a partir de então de Fragile States Index.

incluindo o recrutamento infantil e abuso sexual de menores, tanto pelo grupo quanto pelas Forças Armadas do Congo. Além disso, a falta de capacidade do Estado em fornecer serviços essenciais de saúde fez com que casos de cólera e ebola fossem frequentes no país. No primeiro trimestre de 2013 foram registrados 11.000 novos casos de cólera, sendo que a epidemia causou 257 fatalidades (FUND FOR PEACE, 2013; ONU, 2013).

Além disso, se analisado individualmente, o índice de legitimidade do Estado, dos anos de 2008 a 2013, conforme o gráfico 1, percebe-se uma insatisfação popular em relação ao governo. A proximidade do indicador, a cada ano, à nota máxima, indica que as ações do governo não são transparentes e que a corrupção ainda é um problema no país. Outro indicador que comprova essa situação é o *Corruption Perceptions Index*⁵⁸, que apontou a República Democrática do Congo como o 154º país de 177 posições, com uma nota de 22 pontos de 100, demonstrando altos índices de corrupção (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2013).

Gráfico 1 – Legitimidade do Governo de 2008 a 2013



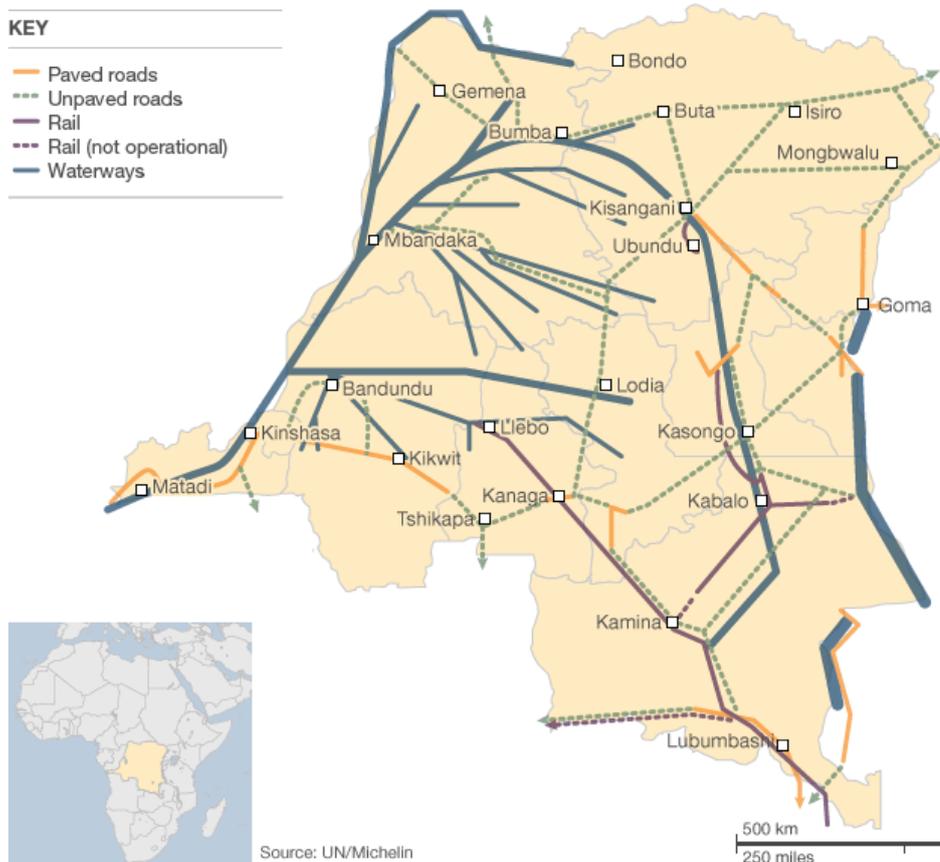
Fonte: Elaborada pela autora, a partir do Fragile States Index de 2008 a 2013.

⁵⁸ O Corruption Perceptions Index é uma ferramenta, desenvolvida pela organização Transparência Internacional, que pontua 177 países numa escala de 0 a 100, sendo o muito corrupto e 100 um país muito transparente (INTERNATIONAL TRANSPARENCY, 2013).

Ademais, se visto os índices sociais do Congo, perceberá que o país ainda é pouco desenvolvido e que muitas das estruturas básicas necessárias para o seu desenvolvimento ainda não são suficientes. Um exemplo disso são suas redes rodoviárias e ferroviárias. Há redes danificadas devido aos conflitos armados, com mais da metade da atual infraestrutura precisando de reabilitação. Essa realidade é agravada quando apenas 3% da rede rodoviária é pavimentada, como pode ser visto na Figura 7 (SILVA, 2011).

Atualmente as rodovias não pavimentadas representam a vasta maioria (97%) de uma rede rodoviária de aproximadamente 157.000 km totais e estão em graves condições (apenas 42% em boas condições). Como agravante, a vasta quantidade de rios e chuvas em um país já extenso e pouco povoado dificulta a construção de rodovias e a manutenção acaba se tornando a tarefa principal (SILVA, 2011, p.142).

Figura 7 – Mapa viário da RDC (2012)



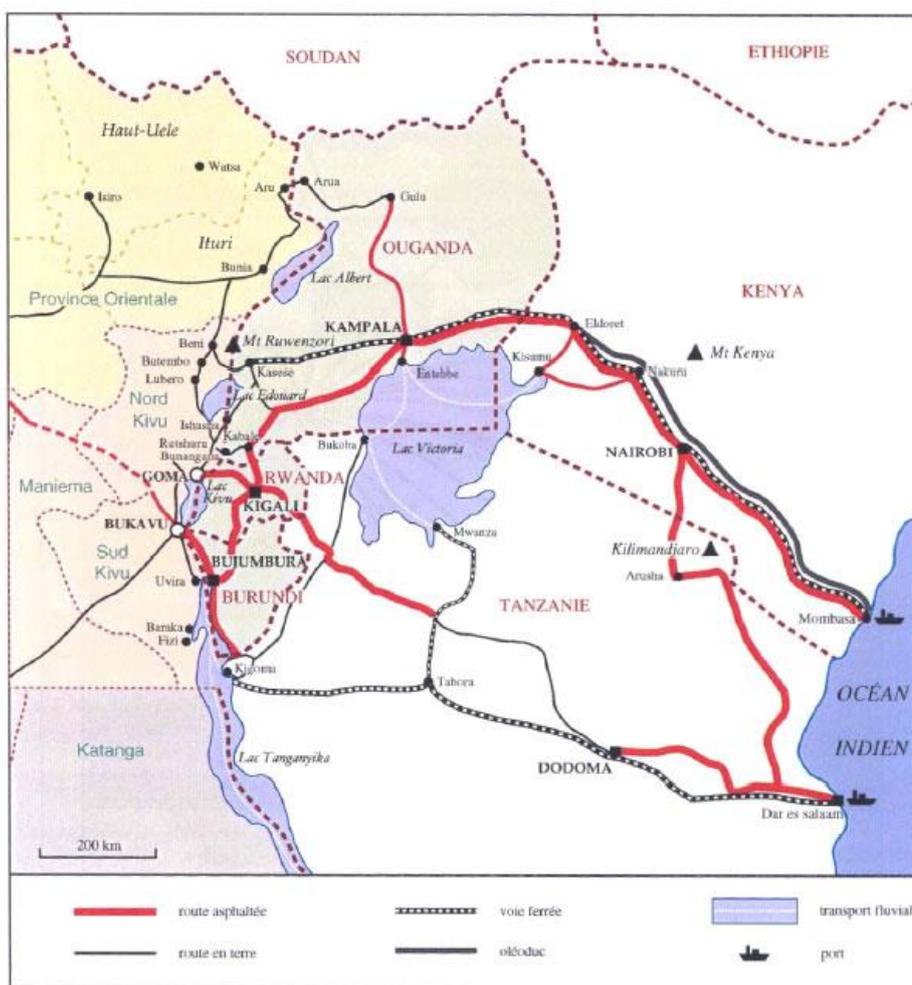
Fonte: BBC News, 2013.

Igualmente, a planta viária quando associada ao mapa das rotas utilizadas para a exportação dos recursos naturais, tanto ilegalmente quanto legalmente, demonstra que o Congo está mais conectado com seus países vizinhos, Uganda e Ruanda, do que com a sua região Oeste. A figura 8 exemplifica o caso e aponta um sério problema

enfrentando no país: a desconexão entre o centro político e econômico da região leste do país.

Essa distância pode ser, originalmente, pela grande faixa verde que separa as regiões do país. Entretanto a explicação mais viável para este acontecimento seja porque historicamente, os ditadores e autoridades coloniais que governaram o Congo, extraíram os recursos provenientes da região oeste, enquanto a região leste foi dominada por grupos armados locais e países vizinhos (SILVA, 2010).

Figura 8 – Mapa das rotas do transporte de minérios do Congo



Fonte: Wordpress, 2010.

Aqui, mais uma vez, percebe-se a falta de capacidade do Estado, portanto, em cumprir com suas funções. Sem estradas suficientes para escoar a produção ou para se deslocar para uma região com menos hostilidades, sem aparatos de segurança, sem estruturas básicas de educação e saúde e com as próprias Forças Armadas sendo violadoras dos direitos humanos, os cidadãos do país se veem numa situação alarmante. No ano de 2012, a RDC foi o segundo pior país no Índice de

Desenvolvimento Humano, com um valor de 0,304, perdendo apenas para o Níger (PNUD, 2013). Além disso, com um PIB per capita de 380 dólares por habitante e uma economia crescendo em média de 7% ao ano, configura um dos países mais pobres do mundo, comprovando a terceira característica de Kaldor.

Se analisada a variável de serviços públicos do *Fragile States Index*, chegar-se-á na mesma conclusão acima. Segundo o UNICEF, apenas 2,1% do PIB do país foi destinado para a saúde, de 2007 a 2011, e apenas 2,5% para educação. Em 2014, segundo PNUD, 22,6% da população congoleza tinha, pelo menos, o ensino secundário, sendo que as mulheres representam apenas 29% do total de pessoas escolarizadas. Para somar, 15% das crianças de 5 a 14 anos são obrigadas a trabalhar durante a infância, demonstrando que o cenário educacional é falho (PNUD, 2015).

A partir da análise das variáveis do *Fragile States Index* é possível perceber que o Congo é um país frágil e pode-se denominar falido. Sua falência, entretanto, é decorrente do seu processo histórico, mas esta diretamente relacionada aos conflitos armados que duram séculos. Com o fim somente em documentos da Segunda Guerra do Congo e com o não restabelecimento da esfera coercitiva por parte do governo, as hostilidades continuaram na região leste do país, levando o país a índices altos de pobreza social, econômica, militar e política (SILVA, 2010).

Finaliza-se, desta forma, a análise da capacidade do Estado da República Democrática do Congo, assinalando a fragilidade que o mesmo se encontra segundo os indicadores do *Fragile States Index*, no qual o país se encontra na posição de alta alerta, comprovando a terceira variável de Kaldor (1999) utilizada nesta monografia, a incapacidade estatal.

3.2. Criança-soldado na República Democrática do Congo

Após a análise de que o conflito no leste da República Democrática se encaixa como uma hostilidade com características das Novas Guerras analisar-se-á como a criança é afetada neste cenário violento. A República Democrática do Congo é um dos países da África que responde pelo uso de crianças em conflitos armados. Em especial a região leste do país, é o lugar no qual a maioria das violações contra os menores acontece. Esse subtópico tem como objetivo a análise dessa situação ao longo dos anos de 2008 até 2013, dando enfoque nas Províncias dos Kivus (ONU, 2010).

A metodologia utilizada para alcançar tal objetivo é a análise dos Relatórios Anuais sobre Crianças e Conflitos Armados, documento este que aponta as partes tanto governamentais quanto não governamentais que utilizam a criança nas hostilidades. Esse Relatório surgiu em 2005, com a Resolução 1612 (2005) do CSNU, que apontou a necessidade de se criar um Mecanismo de Informação e Repasse (MRM) confiável e que apontasse a situação com a maior realidade possível nos conflitos armados contemporâneos. O documento também solicitou que os países envolvidos em conflitos armados desenvolvessem Planos de Ação que envolvesse o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos menores (ONU, 2005).

Dessa forma, a partir deste ano, o Escritório Especial para Crianças e Conflitos Armados, juntamente com o Conselho de Segurança e o Secretário Geral passaram a monitorar a situação das crianças nos 15 conflitos armados presentes no mundo. No que diz respeito à RDC, os órgãos auxiliares que tem a função de monitorar e relatar as violações contra a criança são os assessores de proteção à criança da MONUSCO e funcionários do programa de proteção à criança UNICEF, em conjunto com os atores da sociedade civil. (ONU, 2005)

Esses atores apontaram em 2006 a República Democrática do Congo como o primeiro país violador dos direitos das crianças. Segundo o Relatório do Secretário Geral sobre Crianças e Conflitos Armados na República Democrática do Congo de 2006, o país possui casos de recrutamento e uso de crianças em forças e grupos armados, rapto, violência sexual, assassinato e mutilação de crianças e ataques a escolas. Todos esses casos, considerados pelas Nações Unidas, as seis graves violações que as crianças sofrem durante as hostilidades, sendo neste trabalho o foco sob o recrutamento infantil (ONU, 2006).

Importante observar que o relatório, apesar de ter o objetivo de apontar e quantificar os atores responsáveis pelas violações, não consegue trazer um número exato e preciso de crianças envolvidas. Primeiro pelo fato de que elas são violações, e, portanto, são ao máximo escondidas pelos agentes perpetradores. E segundo pelo fato de que as regiões onde acontecem os conflitos são perigosas e também de difícil acesso, sendo muito difícil para os organismos monitoradores a cobertura completa do território. Dessa forma, o relatório trabalha, na sua maioria, com estimativas ou com números oficiais disponibilizados pela sociedade civil e grupos armados, podendo essa quantidade ser muitas vezes maior (ONU, 2006).

Associado a isso, os Relatórios Anuais do Secretário Geral sobre Criança e Conflito Armado disponibilizam os números de crianças liberadas e o número de novas crianças recrutadas, associando os mesmos aos grupos e as forças armadas, sendo esses os dados utilizados na presente monografia.

Inicia-se a análise com a estimativa do número total de crianças-soldados na RDC. Apesar deste número não ser apontado nos relatórios das Nações Unidas, o Relatório Global sobre Crianças-Soldado da *Child Soldier*, aponta que em 2008 havia em torno de 7000 crianças-soldado no Congo. Além disso, o documento relata que do total de novos recrutamentos há uma estimativa de que 15 a 30% sejam crianças (CHILD SOLDIER GLOBAL REPORT, 2008).

Deste número, em 2008, segundo a ONU, 554⁵⁹ crianças foram recém-recrutadas, sendo 86% dos acontecimentos no Kivu do Norte e 12% no Kivu do Sul. Essa porcentagem alta na região leste do país se deu pelo aumento das tensões entre a FARDC e o grupo armado CNDP, a partir de agosto de 2008, indo de encontro com o Ato de Negociação assinado em Janeiro do mesmo ano. Nesse documento, os grupos armados deveriam se integrar as Forças Armadas do Congo e se abster de rebeliões e ataques aos civis. Entretanto, com o não cumprimento por parte da CNDP e com o aumento da violência na região, o que se presenciou foi o aumento no número de recrutamento infantil (ONU, 2009).

Além disso, no ano de 2008 a FARDC foi acusada do aliciamento de menores. As forças armadas, como representantes do governo, são signatárias dos tratados internacionais que proíbem o recrutamento infantil e na sua própria constituição existe uma cláusula proibindo o uso de menores. Segundo o artigo 41º da Constituição da República Democrática do Congo: “O governo tem a obrigação de fornecer proteção a crianças em circunstâncias difíceis e (...) todas as formas de exploração de menores é punível por lei” (JORNAL OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO, 2006, art. 41º).

Dessa forma, o que se pode observar é a violação dos direitos internos e internacionais das Forças armadas em relação ao recrutamento infantil, uma das variáveis de Kaldor. Isso aconteceu, segundo a ONU, em 2008, devido à falta de

⁵⁹ Este número foi retirado do Relatório Anual do Secretário Geral das Nações Unidas sobre crianças e conflitos Armados, que vai do período de setembro de 2007 a dezembro de 2008. Importante observar, que o Relatório do Secretário Geral para crianças e Conflitos Armados na República Democrática do Congo, entretanto, declara que, de junho de 2007 e setembro de 2008, houve 2008 casos de crianças recrutadas. Para uma melhor análise, usar-se-á os números disponibilizados pelos Relatórios Anuais de Secretário Geral sobre Crianças e Conflitos Armados.

transparência do processo de integração dos grupos armados a FARDC, fazendo com que as crianças não fossem identificadas e que portanto, permanecessem nos batalhões que a partir do *brassage*⁶⁰ passaram a responder pelo Estado.

A liberação das crianças presentes no FARDC tem sido frequentemente obstruída, além de ter sido negado o acesso a parceiros de proteção à criança aos centros de *brassage* por alguns comandantes das FARDC, a fim de identificar e separar as crianças. Assim sendo, a presença de algumas crianças continua a ser relatado no restante das brigadas das FARDC não-integradas, particularmente no Kivus⁶¹ (ONU, 2008, item 40, tradução nossa).

Apesar deste cenário, em 2008, houve a liberação de 1098 crianças dos grupos armados. Em junho de 2008, no leste da República Democrática do Congo, representantes da MONUSCO e do UNICEF desenvolveram um programa para prestar assistência e facilitar a liberação de crianças de grupos armados no Kivu do Norte e do Sul. Três missões conjuntas foram realizadas, levando à liberação de um total de 66 crianças, no norte e menos de 10 crianças no Sul (ONU, 2008).

Outro fator que possibilitou a saída dos menores das milícias nos Kivus foi o anúncio do Coronel Jackson, no final de 2007, afirmando que estava pronto para se juntar ao processo de *brassage* e que o mesmo entregaria 132 crianças. A separação foi realizada no Kivu do Norte, cidade de Beni, no qual apenas 50 crianças foram separadas, mostrando que a região ainda estava instável e que as medidas tomadas tanto pelo governo, quanto pelos órgãos da ONU e da sociedade civil ainda não eram suficientes (ONU, 2008).

Essa conjuntura é alterada no ano de 2009, ano no qual o líder da milícia CNDP, Laurent Nkunda, foi preso por forças militares em Ruanda, assinando um acordo de paz entre o grupo armado e o governo. O acordo, entre outras coisas, previa o fim das hostilidades, a conversão de grupos armados em partidos políticos, o regresso das pessoas deslocadas e dos refugiados e a integração de líderes de grupos armados na vida política nacional (ONU, 2010).

Esse acontecimento teve tanto consequências positivas quanto negativas para o quadro de proteção e recrutamento infantil. De um lado, as tensões dentro das unidades das FARDC aumentaram rapidamente. A rápida e desfreada integração das unidades da CNDP as forças militares causou insatisfação aos batalhões que já estavam lá e que denunciaram o tratamento preferencial dos novos oficiais. Essa insatisfação

⁶⁰ Também referenciado como *brassage*, sendo nesta monografia, portanto, um sinônimo do outro.

⁶¹ No original: “The release of children present within FARDC has been frequently obstructed, and child protection partners have been denied access to *brassage* centres by some FARDC commanders in order to identify and separate children. The presence of some children continues to be reported in remaining non-integrated FARDC brigades, particularly in the Kivus.”

desencadeou no afastamento de soldados, como o líder Mai Mai Yakatumba, que voltou para seu grupo e aumentou a instabilidade na região e a possibilidade de recrutamento infantil (ONU, 2010).

Além disso, a falta de mecanismos por parte das FARDC em monitorar esses novos batalhões associado com a rápida integração das milícias fez com que, ainda, no ano de 2009, as forças armadas do Congo continuassem respondendo pelo recrutamento infantil. Dos 848 recém-recrutados do ano de 2009, um total de 473 casos foram atribuído á FARDC, sendo 154 crianças de grupos da CNDP operando como FARDC.

Na maioria desses casos, especialmente de Masisi e Rutshuru⁶², as crianças foram ameaçadas e re-recrutadas por seus ex-comandantes, apesar das mesmas terem sido separadas. Por exemplo, três meninos entre 15 e 16 anos de idade anteriormente associado com CNDP, informaram que em 28 de outubro de 2009 tinham sido re-recrutados por seu ex-comandante, agora comandante e coronel da Operação Kimia II⁶³. Eles haviam sido informados de que seriam enviados para combater em breve, mas em dezembro de 2009, eles escaparam e se aproximaram de uma base da MONUSCO para proteção⁶⁴(ONU, 2010, item 23, tradução nossa).

Ademais, além da CNDP recrutar menores respondendo como FARDC, a milícia parece ter mantido uma cadeia paralela de comando militar e política, em particular nos territórios de Masisi e Rutshuru⁶⁵. No final de 2009, os relatórios indicaram a deserção de vários integrantes da CNDP de unidades das FARDC em Kivu do Norte, que vai resultar na continuação dos conflitos nos Kivus e em 2012 na criação do Movimento M23 (ONU, 2010).

Por outro lado, o ano de 2009 foi considerado, pela ONU, um ano de evoluções. Segundo o Relatório Anual de Crianças e Conflitos Armados (2009) 2672 crianças foram desintegradas no período que vai de janeiro a dezembro do mesmo ano. Esse número, o dobro do ano anterior, foi possível devido às evoluções no sistema interno. Inicialmente, pela deserção do exército de Nkunda, reportou-se um número de 2.032 crianças fugidas ou separadas das unidades da CNDP. Quantidade esta relevante e

⁶² Territórios que ficam no Kivu do Norte. São cidades ricas em Coltan, sendo a mina que fica em Rutshuru considerada a mais valiosa do leste do Congo (FRANCE24, 2012).

⁶³ Operação das FARDC, articulada no ano de 2009, contra a milícia FDLR.

⁶⁴ No original: "In most of these cases, especially in Masisi and Rutshuru territories, children were threatened and re-recruited by their former commanders, despite having been separated. For instance, three boys between 15 and 16 years of age previously associated with CNDP reported that on 28 October 2009 they had been re-recruited by their former commander, now a FARDC colonel and deputy sector commander of Operation Kimia II. They had been told they would be sent to combat soon, but in December 2009 they had escaped and approached a MONUC base for protection."

⁶⁵ Territórios esses de grande importância para a milícia. Primeiro por ser o território onde está presente o centro de recrutamento e treinamento e segundo porque na região há a maior e mais valiosa mina do leste do Congo (FRANCE24, 2012).

importante para o quadro internacional de proteção à criança. Revelando a importância que se tem a colaboração dos agentes rebeldes para o fim da conscrição infantil (ONU, 2010).

Este número foi resultado também da promulgação da nova lei sobre proteção da criança, em janeiro de 2009, no qual o recrutamento e uso de crianças menores de 18 anos por forças armadas, polícia e grupos armados passa a ser proibido, podendo o réu ser julgado de 10 a 20 anos de prisão. A criminalização do recrutamento infantil, juntamente com o julgamento de três comandantes do grupo Mai Mai, foram importantes passos dado pelo governo para o fim da impunidade e do alistamento infantil (ONU, 2010).

As consequências da rápida integração dos grupos armados nas FARDC, juntamente com as ações paralelas da CNDP, ainda são sentidas em 2010 e em 2011, entretanto, seus efeitos são menores. Nestes anos há o recrutamento de 447 e 266 crianças, respectivamente, e a liberação de 1656 crianças das milícias e exércitos do governo no ano de 2010 e 1244 menores soltos em 2011, segundo o Relatório Anual do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Criança e Conflitos Armados. Os fatores que contribuíram para estes números foram à relativa facilidade de acesso aos locais no Kivu do Norte e do grande número de agentes de proteção da criança na província a partir do qual as crianças podem buscar proteção e assistência (ONU, 2011; ONU, 2012).

Esse período de diminuição no recrutamento infantil se encerra, contudo, com o ressurgimento do conflito no leste da República Democrática do Congo, com a criação do M23, em Abril de 2012. A ofensiva M23 resultou da deserção de um número significativo de oficiais das Forças Armadas da República Democrática do Congo, afetando a capacidade das forças de segurança congoleesas. O vácuo deixado por essas tropas contribuiu para um clima geral de ilegalidade e insegurança caracterizada por ataques generalizados, sistemáticos e violentos contra civis por uma variedade de grupos armados (ONU, 2013).

Nesse cenário, as crianças foram gravemente afetadas. Os relatos de violações generalizadas dos direitos humanos, incluindo violações em massa e violência sexual, o recrutamento e uso de crianças e o assassinato e mutilação de crianças, cometidos pelo M23 e outros grupos armados e, em menor medida, pela FARDC, aumentaram durante a ocupação temporária de Goma pelo M23, em novembro de 2012. Neste ano foram reportadas 578 novos casos de recrutamento infantil, dobrando o

número do relatório passado. Além disso, foi reportada a morte de 154 crianças e 113 crianças feridas. O grupo armado Mai Mai foi o maior violador dos direitos infantis, sendo o mesmo responsável pelo recrutamento de 263 menores, além de 30 causalidades contra 65 crianças conscritas e 7 vítimas do M23 (ONU, 2013).

Esses números crescem ainda mais no ano de 2013. O relatório aponta o recrutamento de 910 crianças e 147 abduções, sendo que um terço desse total são crianças menores de 15 anos e da sua maioria de grupos armados. Além disso, o relatório aponta 95 ataques às escolas e 25 incidentes com hospitais, sendo 13 deles causados pela própria FARDC (ONU, 2014).

Assim sendo, o que se presencia de 2012 para 2013 é o crescimento acentuado das graves violações da infância, juntamente com o agravamento da situação político e militar da região dos Kivus. Essa situação é amenizada, em dezembro de 2013, quando o governo da República Democrática do Congo e o Movimento 23 assinam uma declaração oficializando a dissolução da milícia, entretanto devido a grave situação que o país se encontrava, isso ainda não foi o suficiente para a melhora do quadro (ONU, 2014).

A ausência da autoridade do Estado em áreas afetadas por conflitos, a fraca responsabilização, comando e controle das forças de segurança nacionais, além das estratégias agressivas utilizadas, eram e ainda são um dos principais problemas a serem resolvidos no país. O fato das Forças Armadas ainda responderem pelo recrutamento infantil, apesar de todos os esforços dos órgãos das Nações Unidas, faz com que o Estado perca, cada vez mais, a sua legitimidade, tanto frente aos cidadãos, quanto a comunidade internacional. Tentar recuperar essa capacidade estatal através da força piora ainda mais a situação, pois atinge a população local, causando mais estragos para os cidadãos e menor reconhecimento para o governo. Esse ciclo, no qual a RDC se encontra, tem como consequência a continuação das violações contra as crianças.

O resultado, portanto, deste conflito é a deterioração da infância das crianças, que segundo a lei deveriam ter acesso à escolas, hospitais, família e condições básicas de sobrevivência, mas que não possuem. Segundo o UNICEF, um quarto das crianças estão abaixo do peso, sendo a desnutrição responsável por quase metade das mortes de crianças menores de cinco anos. Além disso, menos da metade da população tem acesso a uma fonte segura de água potável, 46,2%, e um terço tem acesso a instalações sanitárias adequadas, 30,7% (UNICEF, 2010).

As taxas de escolarização também são precárias e estão em declínio. Mais de 4,4 milhões de crianças, cerca de metade da população em idade escolar, não estão na escola. Esse número inclui 2,5 milhões de meninas, 400.000 crianças deslocadas e mais de um milhão de crianças órfãs (UNICEF, 2010).

Essa situação da criança, contudo, é amenizada com as ações das Nações Unidas e seus parceiros. De 2010 a 2013, os parceiros do UNICEF prestaram serviços a 16,562 crianças entre 9 e 17 anos de idade que foram anteriormente associadas às forças e grupos armados, incluindo 8.828 crianças em Kivu do Norte, 3.365 na Província Oriental, 2.154 em Kivu do Sul e 1.285 em Katanga. Além disso, as crianças que tinham sido separadas ou tinham escapado de forças e grupos armados, receberam assistência, localização das famílias e reunificação e apoio à reintegração. Das 16,562 crianças atendidas, mais de 11.000 receberam apoio para voltar à escola, iniciar atividades geradoras de rendimentos ou ter acesso à formação profissional (ONU, 2014).

Aqui, portanto, constata-se a importância que órgãos como as Nações Unidas possuem para o quadro infantil. As missões de paz, juntamente com o UNICEF e outros parceiros da organização internacional, foram responsáveis pela liberação de, em média, 10.000 crianças no período do estudo de caso da presente monografia. A presença das Nações Unidas em conflitos armados traz as crianças uma esperança de uma infância ainda não vivida (ONU, 2014).

Entretanto, assim como Kaldor explicita em sua obra, a ONU, por pensar em soluções levando em conta aspectos das Guerras Tradicionais, acaba falhando em prevenir e muitas vezes alimentando ainda mais esse ciclo da guerra. No caso da MONUSCO, o que observa nos relatórios, é que embora todo o esforço da missão de paz, há ainda várias dezenas de grupos armados que continuam a recrutar menores (KALDOR, 1999).

Isso pode ser resultado de medidas desenvolvidas que continuem com o processo de separação e sentimento de medo e ódio nas crianças e na população em geral. As missões de paz, ao promoverem programas de DDR, que desarmam, desintegram e reintegram as crianças numa sociedade ainda violenta e no qual o senhor de guerra ainda age alimenta esse ciclo, deteriorando ainda mais a infância das crianças. Casos de re-recrutamento são frequentes no Congo, comprovando este ponto de vista (ONU, 2014).

O que se pode perceber, dessa forma, é que apesar de haver esforços por parte das Nações Unidas e seus órgãos específicos do Congo, a situação no país ainda

não melhorou significativamente. Uma das razões para tal, é que os esforços da MONUSCO estão focados em acabar com o recrutamento infantil nas FARDC, o que é positivo para o país e para o cenário das crianças-soldado, mas que acaba permitindo que outros grupos armados perpetuem o ato de aliciamento de menores (ABOUBACAR, 2013).

No contexto do diálogo permanente entre FARDC e as Nações Unidas, 339 crianças foram libertados durante a campanha de recrutamento nacional. Somente em 2012, 269 crianças foram separadas na sequência de um processo de verificação de idade envolvendo 12.862 elementos das FARDC. Em 2013, 91 crianças foram separadas enquanto eram treinadas pelas Forças Armadas (ONU, 2014, item 58).

Além disso, a impunidade é outro fator bastante preocupante. Apesar do Congo ter assinado os tratados internacionais referentes à criança, como Convenção sobre os Direitos das Crianças e as Resoluções do CSNU que proíbem o recrutamento de menores tanto pelas forças armadas quanto por milícias, e possuir lei interna que criminaliza o uso de menores em hostilidades, a continuação da ação com poucos casos sendo julgado demonstra a fragilidade que o Estado se encontra.

Três anos após a aprovação da Lei de Proteção à Criança, em janeiro de 2009 e a criminalização do recrutamento de crianças, nenhum dos autores de recrutamento e utilização de crianças foram processados e condenados, apesar do fato de que muitos deles - incluindo a nível sênior - foram claramente identificados. Autores como Bosco Ntaganda, Innocent Zimurinda e Baudoin Ngaruye, permanecem na estrutura de comando FARDC, e alguns, como Biyoyo Josue, receberam promoções. Outros que foram julgados e condenados continuam foragidos. Por exemplo, o chefe Mai-Mai, Kyungu Mutanga, condenado à morte em Março de 2009 por crimes contra a humanidade e pelo recrutamento e uso de crianças, escapou da prisão em setembro de 2011 e retomou as atividades no norte Katanga⁶⁶ (ONU, 2012, item 39).

Neste sentido, o que se pode verificar é que um dos problemas mais graves, que a RDC causou, foi a solução das guerras através da inclusão automática dos grupos rebeldes nacionais nas instituições estatais e no sistema político do país (SILVA, 2010). Esse processo, associado com a falta de treinamentos adequados e de bons salários fez com que uma grande parte dos soldados saíssem das forças armadas e aumentassem as hostilidades na região. A falta de recursos por parte do estado em resolver a situação fez com que crianças-soldado fossem recrutadas por esses inúmeros rebeldes, que não

⁶⁶ No original: “Three years after the adoption of the Child Protection Law in January 2009 and the criminalization of child recruitment, no perpetrators of recruitment and use of children were prosecuted and convicted, despite the fact that many of them —including at the senior level — were clearly identified. Perpetrators such as Bosco Ntaganda, Innocent Zimurinda and Baudoin Ngaruye, remain in the FARDC command structure, and some, such as Biyoyo Josue, have received promotions. Others who have been tried and sentenced remain at large. For example, Mai-Mai chief Kyungu Mutanga, alias Gedeon, sentenced to death in March 2009 for crimes against humanity and for recruitment and use of children, escaped from prison in September 2011 and resumed activities in North Katanga.”

respeitam as leis a favor da criança e as veem como atores de guerra de menor custo, fazendo com que a situação no leste do Congo seja um dos conflitos contemporâneos mais violentos.

A criança, como símbolo frágil e manipulável, é a que mais sofre neste cenário todo. Os menores recrutados, sem possuírem condições melhores de vida, esperam pela ação do Estado para retomarem suas infâncias, que no caso da RDC, parece que ainda vai demorar. “Nós esperamos que o governo volte para que a gente possa ir para casa e voltar para a escola” (WITNESS, 2012, s/d).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O estudo das Relações Internacionais tem se debruçado historicamente sobre os problemas da guerra e da construção do Estado” (SILVA, 2010, p. 4). Atualmente, novos conceitos a respeito desses aspectos tem se multiplicado, sendo as Novas Guerras de Mary Kaldor um deles.

Para a autora, após a Guerra Fria, novas conexões surgiram, devido ao avanço tecnológico e da comunicação, e criaram redes transnacionais inclusivas de pessoas. O que nos séculos passados demorava dias ou semanas para ser transmitido, com o avanço na comunicação, passou a demorar minutos fazendo com que as pessoas se conectassem e se moldassem a partir de eventos que acontecem longe delas e sobre as quais elas não possuíam controle. Esse novo processo, chamado por Kaldor, de globalização modificou o modo como se pratica na guerra (KALDOR, 1999).

As Novas Guerras, nome dado por Kaldor (1999), foram alteradas nas suas principais características. Sendo elas mudança na tipologia, objetivos, formas e técnicas e economia de guerra, todas essas modificações importantes de serem analisadas para que se consiga pensar um jeito diferente de solucioná-las, já que segundo Kaldor o problema das instituições e Estados é a permanência dos mesmos no pensamento das Velhas Guerras ou Guerras Tradicionais (KALDOR, 1999).

Nas Novas Guerras, portanto, o Estado perde força para os novos atores que passam a dividir com ele o monopólio da força. O Estado, não conseguindo mais cumprir com suas funções básicas de segurança, saúde, educação e infraestrutura perde sua legitimidade, fazendo com que novos atores assumam essa função. Esse novos atores, podendo ser grupos armados, forças estrangeiras, mercenários e unidades de autodefesa passam a influenciar tanto na vida política, quanto na militar e econômica do país (KALDOR, 1999).

Todos esses sujeitos se interligam numa rede de conexões, no qual é difícil distinguir as dinâmicas da guerra entre internas e externas, entre agressão e repressão ou entre local e global. Nesse sentido, nas Novas Guerras, o que importa não é mais a tipologia ou o inimigo, mas sim a dinâmica da guerra em si, que faz com que a milícia ou mercenário possa agir no território em conflito e alcançar o seu objetivo (KALDOR, 1999).

Dessa forma, a economia de guerra e as técnicas de combate são voltadas ambas para a desestruturação do Estado e da população como um todo. Estratégias de

medo e ódio, pilhagem, roubo e expulsão da população, são alguns exemplos. A consequência de todo esse processo é a destruição das estruturas, das famílias e da sociedade como um todo, sendo as crianças as mais prejudicadas (KALDOR, 1999).

Os menores, inseridos em uma cultura de violência, identificam nela o meio mais eficaz de garantir a sua sobrevivência. A criança, menor de 18 anos, portanto, passa a fazer parte dos grupos ou forças armadas ou estes atores as obrigam a tal. Independente se o processo de recrutamento é voluntário ou não, o que vale destacar é o processo pelo qual o menor passa e quais são os fatores que o fizeram estar ali (SALOMON, 2002).

Se associarmos a economia de guerra com a criança, identificaremos o motivo pelos quais as crianças são utilizadas nas hostilidades. Os infantes, sendo mais facilmente manipuláveis, doutrináveis, sendo mais rápidos e invisíveis, possuem custos mais baixos, se comparado com um adulto. Dessa forma, a milícia ao substituir um homem por uma criança, possui significativas melhoras no seu exército em questões financeiras e psicológicas, já que as crianças dificilmente se rebelam contra o Senhor de Guerra (RIVA, 2012).

Essa violação do direito da criança, quando associada à característica das Novas Guerras de que o Estado não possui mais capacidades para cumprir suas funções de segurança e proteção dos menores, piora ainda mais a situação dos infantes. Os mesmos, ao não terem como recorrer ao Estado, se veem obrigados a entrar no conflito armados diretamente, virando crianças-soldado (FAÇANHA, 2011).

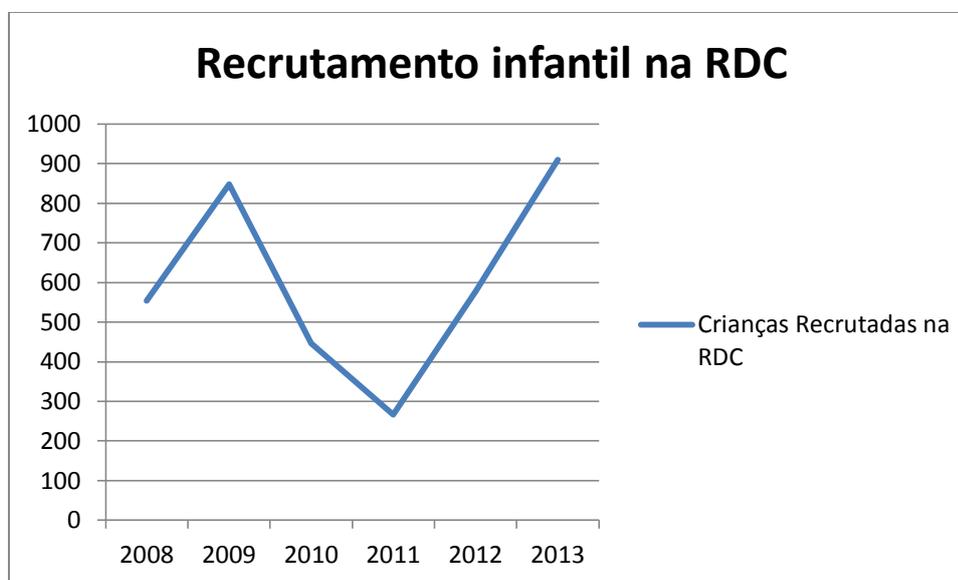
Este é o caso do leste da República Democrática do Congo. País que se encontra em guerra desde 1996, não possui estruturas econômica, políticas e militares suficientes para lidar com o conflito que dura vinte anos. Uma das explicações para isso é a falta de controle por parte do governo em aplica o acordo de paz Todo Inclusivo de 2002 (SILVA, 2010).

O governo ao propor a integração dos exércitos dos grupos armados às Forças Armadas de forma rápida e intransigente, fez com que a situação do leste do país piorasse. A insatisfação dos soldados dentro das FARDC, relacionado a diferença de tratamento e baixos salários, fez com que os mesmos se rebelassem e criassem outros grupos armados (THAKUR, 2007).

Essa bola de neve caracterizada pela falha do governo, no qual milícias são integradas às Forças Armadas e se rebelam contra o Estado que não lhes oferece ferramentas suficientes para trabalhar e criam outros grupos paramilitares faz com que a

situação só piore a cada ano. A consequência disso, além da deterioração física e dos altos números de refugiados, é o crescente número de recrutamento infantil na região, como pode ser visualizado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Recrutamento Infantil na RDC de 2008 a 2013



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da ONU

Os picos em 2009 e 2013, presentes no gráfico, são relacionados aos anos no qual houve a deserção de soldados integrados às FARDC retornando aos seus grupos armados. No caso de 2009, o aumento do número de crianças-soldado aconteceu devido ao retorno de militares insatisfeitos para a CNDP, após a assinatura do Ato de Negociação em 2008, no qual esta milícia foi integrada às Forças Armadas (TUNGUMUNA, 2014).

Da mesma forma, aconteceu no ano de 2013, no qual o Movimento M23 explodiu na região dos Kivus alegando a diferença de tratamento dada pela FARDC aos outros grupos militares. O resultado disso foi o aumento das hostilidades na região e o crescimento acentuado de crianças-soldado (TUNGUMUNA, 2014).

A partir disso, portanto, pode-se perceber que a fragilidade do Estado do Congo, comprovado pelo Fragile States Index, está diretamente relacionado com o número de recrutamento infantil. O fato do Estado não conseguir cumprir com o seu processo de integração das milícias às suas Forças Armadas fez com que o uso de crianças nos conflitos armados aumentasse. Além disso, as suas estruturas estatais já debilitadas piora ainda mais a situação.

Ademais, a presença de mais de 50 atores envolvidos no conflito de leste do país associado com o fato de que atualmente metade da população do Congo é menor de idade e que as crianças são atores mais baratos, faz com que o recrutamento infantil seja um mecanismo utilizado, comprovando que a multiplicidade de atores e a economia de guerra no Congo também são variáveis para o uso de menores nas hostilidades.

Desta forma, quando se pergunta como se ler o recrutamento infantil na República Democrática do Congo pelas luzes das Novas Guerras, obtém-se como resposta que o recrutamento infantil possui relação direta com as características de Kaldor, comprovando a hipótese apresentada na introdução desta monografia.

A solução, dessa forma, para o conflito armado no leste da RDC, segundo Kaldor (1999), acontecerá quando o Estado conseguir recuperar a sua legitimidade, não através da força, mas sim por meio de uma autoridade política legítima, no qual a população consiga depositar a sua confiança e que o estado consiga cumprir com as suas funções básicas. Ou seja, a partir do momento que a figura estatal não marginalizar nenhuma identidade política, oferecer segurança pública para todos e agir em apoio aos Estados de direito (KALDOR, 1999).

Essa é uma solução que não é fácil de ser aplicada, entretanto, como Kaldor (1999) sugere, é preciso que se tenha uma visão otimista das relações internacionais e dos atores que as influenciam. A partir do momento que o Estado retomar a sua legitimidade política, sem excluir os outros atores é que as Novas Guerras poderão ter um fim e, portanto, que as crianças pararão de sofrer com uma violência e uma infância que não lhes é característica, conseguindo as mesmas voltarem as escolas, como é o desejo da criança-soldado apontada no último capítulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOUBACAR, Moctar. **The Monusco Contradiction**. Foreign Policy in Focus, 9 de Janeiro de 2013. Disponível em: <http://fpif.org/the_monusco_contradiction/>. Acesso em: 01 jun. 2016.

ANDREOTTI, Rafael. **República Democrática do Congo: Há solução para o leste do país?** 2013. Disponível em: <<http://blogceiri.com.br/republica-democratica-do-congo-ha-solucao-para-o-leste-do-pais/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011, v. 196 p. Tradução de Dora Flaksman.

BANCO MUNDIAL. **República Democrática do Congo**. 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/congo-dem-rep>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

BALSERA, P.D; GARMENDIA, L.M. **La evolución de los derechos de la infancia: Una visión internacional**. Encounter on education, 2006, v.7, p.71-93.

BEAH, Ismael. **Muito longe de casa: memórias de um menino-soldado**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. P. 224. Tradução de Cecília Gianetti.

BOTO, Carlota. O Desencantamento da crianças: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moises. **Os Intelectuais da Infância**. São Paulo: Editora Cortez, 2002. Cap. 1. p. 11-60.

CAPPARELLI, Sérgio; ALBUQUERQUE, Fernanda. **A infância no mundo ocidental**. Disponível em: <<http://www.capparelli.com.br/1.php>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

CLAUSEWITZ, C. Von. **On War**. 3 ed. Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner & Company, 1873.p. 181. Tradução de J. J. Graham.

COLLMER, Sabine. Child Soldiers – An Integral Element in New, Irregular Wars? **The Quarterly Journal**. Oxford, p. 1-11, Vol III, nº 03. Setembro de 2004.

CORREA, Ana Catarina. **Crianças-Soldado: o Problema do Caso Darfur**. Universidade do Minho, 2013.

CORREIA, Ana Catarina Amaral. **Criança-Soldado: O Problema do Caso de Darfur**. 2013. 25 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade do Minho, Braga, 2013. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/27808>>. Acesso em: 23 mai 2016.

CREVELD, M. Van. **The transformation of War: The most radical reinterpretation of armed conflict since Clausewitz**. Nova Iorque: The Free Press, 1991, 254 p.

FACANHA, Luisa Cafe Figueiredo. **A Questão das Crianças-Soldado dentro da Ordem Internacional do Pós-Guerra Fria**. 2011, Tese Doutorado em Relações Internacionais, 126p. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio,

Abril de 2012, Certificação Digital nº0912316/CA. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19380/19380_1.PDF>. Acesso em: 06 mai. 2016.

FUND FOR PEACE. **Failed States Index 2013**. Washington, 2013. Disponível em: <<http://library.fundforpeace.org/library/cfsir1306-failedstatesindex2013-06l.pdf>>. Acesso em: 05 jun 2016.

FUND FOR PEACE. Fragile States Index 2015. In: **The Economist**. 2015. Disponível em <<http://library.fundforpeace.org/library/fragilestatesindex-2015.pdf>> Acesso em: 09 nov. 2015.

FUND FOR PEACE. **The Indicators**. 2016. Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/indicators>>. Acesso em: 06 jun 2016.

HOLSTI, J. Kalevi. **The State, War, and the State of War**. Editorial Board. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 254.

INDEX MUNDI. **Children under the age of 5 years underweight**. 2007. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=2224&c=cg&l=en>>. Acesso em: 06 jun 2016.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). The Kivus: The forgotten crucible of the Congo Conflict. Nairóbi, Africa Report n.56, 24 Janeiro 2003. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3efde7f34.html>>. Acesso em: 15 jun 2016.

IRIN NEWS. **Understanding the armed group M23**. Joanesburgo, 22 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.irinnews.org/news/2012/06/22/understanding-armed-group-m23>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

JACKSON, Stephen. **Fotunes of War: the Coltan trade in the Kivus**. HPG Report, n. 13, cap. 2, p. 21-36. Disponível em: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/456.pdf>>. Acesso em: 10 jun 2016.

JORNAL OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO. **Constituição da república democrática do congo**. Kinshasa, 18 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://democratie.francophonie.org/IMG/pdf/Constitution_de_la_RDC.pdf>. Acesso em: 08 jun 2016.

KALDOR, Mary. In Defence of New Wars. **Stability**. Londres, p. 1-16. 7 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.at/>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. 3. ed. Stanford: Cambridge Polity Press, 1999. 268 p.116-129.

MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo - RDC**. 2014. Disponível em: <<http://beta.casadasafricas.org.br/img/upload/327492.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Compromissos de Paris. In: **Conference Free Children from War**. Paris, 2007. Disponível em <<https://goo.gl/S0t0b3>> Acesso em: 13 mai. 2016.

_____. Relatório do Secretário Geral. Doc. A/63/785 - S/2009/158, de 26 de março de 2009. **Child And Armed Conflict**. Nova Iorque, 2009.

_____. Relatório do Secretário Geral. Doc. A/67/845 - S/2013/245, de 15 de maio de 2013. **Child And Armed Conflict**. Nova Iorque, 2013.

_____. Relatório do Secretário Geral. Doc. A/68/878 - S/2014/339, de 15 de maio de 2014. **Child And Armed Conflict**. Nova Iorque, 2014.

_____. Relatório do Secretário Geral. Doc. A/66/782 - S/2012/261, de 26 de abril de 2012. **Child And Armed Conflict**. Nova Iorque, 2012.

_____. Relatório do Secretário Geral. Doc. A/64/742 - S/2010/181, de 13 de abril de 2010. **Child And Armed Conflict**. Nova Iorque, 2010.

_____. Relatório do Secretário Geral. Doc. A/65/820 - S/2011/250, de 3 de agosto de 2009. **Child And Armed Conflict**. Nova Iorque, 2011.

_____. **Relatório Machel: Impacto dos Conflitos Armados nas Crianças**. Doc. A/51/306 de 28 de Agosto de 1996. Nova Iorque, 1996. Disponível em <<https://goo.gl/YX6eRL>> Acesso em 16 mai. 2016.

_____. **Report of the Secretary-General on Children and Armed Conflict in Republic Democratic of Congo**. Doc. S/2007/391 de 28 de junho de 2007. Nova Iorque, 2007.

_____. **Report of the Secretary-General on Children and Armed Conflict in Republic Democratic of Congo**. Doc. S/2008/693 de 10 de novembro de 2008. Nova Iorque, 2008.

_____. **Report of the Secretary-General on Children and Armed Conflict in Republic Democratic of Congo**. Doc. S/2010/369 de 09 de julho de 2009. Nova Iorque, 2009.

_____. **Report of the Secretary-General on Children and Armed Conflict in Republic Democratic of Congo**. Doc. S/2014/453 de 30 de junho de 2014. Nova Iorque, 2014.

_____. **Representante Especial do Secretário Geral das Crianças e Conflitos Armados**. Site Oficial do Escritório do Representante do Secretário Geral das Crianças e Conflitos Armados. Nova Iorque, 2015. Disponível em <<https://childrenandarmedconflict.un.org/>> Acesso em 14 jun. 2016.

PAIVA, Giovana A.A. **A atuação da ONU frente ao emprego de crianças-soldado: como lidar com os impactos das novas guerras?** PucMinas, v. 10, nº 19. p. 59-79. Belo Horizonte, 2011.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999. 192 p.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Humam Development Report: Republic Democratic of Congo**, 2015. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/COD.pdf>. Acesso em: 05 jun 2016.

PROUT, Alan. Participação, políticas e as condições da infância em mudança. In: MÜLLER, Fernana. **Infância em Perspectiva**. São Paulo: Editora Cortez, 2010. Cap. 1. p. 21-41.

QVORTRUP, Jens. Visibilidades das crianças e da Infância. **Linhas Críticas**. Brasília, DF. v. 20, n. 41, p. 23-42, jan/abr 2014. Tradução de Bruna Breda.

RIVA, Gabriela Rodrigues Saab. **Criança ou Soldado? O Direito Internacional e o Recrutamento de crianças por grupos armados**. 23. Ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. 149 p.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmen Lúcia Sussel. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: debate e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p.693-728, set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a03.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

RWAGATARE, Joseph. **Why FDLR won't disarm and why force is the only option**. The New Times, 06 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.newtimes.co.rw/section/article/2015-01-06/184687/>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

SALOMON, Zahava. Situação da criança e do Adolescente em Israel: "Crescendo em Ambientes Violentos - Vulnerabilidade e Resiliência". In: WESTPHAL, Marcia Faria. **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. Cap. 2. p. 73-91.

SARMAMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMAMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças: contexto e identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997. p. 1-9. Disponível em: <<https://pactuando.files.wordpress.com/2013/08/sarmamento-manuel-10.pdf>>. Acesso em: 25mai 2016.

SILVA, Igor Castellano da Silva. **GUERRA IRREGULAR E ESTADO FALIDO: Esclarecendo conceitos para o caso da República Democrática do Congo. II** Seminário Nacional Sociologia e Política: Ufpr, v. 4, set. 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/3165513/Guerra_Irregular_e_Estado_Falido_Esclarecendo_conceitos_para_o_caso_da_República_Democrática_do_Congo>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e Construção do Estado na República Democrática do Congo: A definição militar do conflito como pré-condição para paz**. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31730/000784798.pdf?...1>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

SILVA, Igor Castellano da; MARTINS, José Miguel Quedi. **Exército Nacional e Construção do Estado na África**: a abordagem brasileira no caso da República Democrática do Congo. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. V.3, n.5, Jan-Jun, 2014. P. 137-179. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/45176/30179>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

THAKUR, Monika. **Demilitarising militias in the Kivus** (eastern Democratic Republic of Congo). Institute for Security Studies, Africa Watch, 2007. Disponível em: <<https://www.issafrica.org/uploads/17NO1THAKUR.PDF>>. Acesso em: 15 jun 2016.

TOMÁS, Catarina Almeida. As crianças como prisioneiras do seu tempo-espaço: Do reflexo da infância à reflexão sobre as crianças em contexto global. **Currículo Sem Fronteiras**, Universidade do Minho, Portugal, v. 6, n. 1, p.41-55, jan/jun 2006. Quadrimestral. ISSN 1645-1384. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1articles/tomas.htm>>. Acesso em: 17 mai 2016.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index 2013**. Disponível em: <<https://www.transparency.org/cpi2013/results>>. Acesso em: 08 junho 2016.

TUNGUMUNA, Francisca Kidienga. **Conflito, Spoilers e Segurança Humana: Estudo de caso do leste da República Democrática do Congo**. 2014. 49 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa School Of Economics And Management, Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7897/1/DM-FKT-2014.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

UNICEF BRASIL. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. Nova Iorque, 1989. Disponível em <<http://goo.gl/G4BAwU>>. Acesso: 05 mai. 2016.

_____. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados**. Nova Iorque, 2000. Disponível em <<http://goo.gl/VKpRxa>>. Acesso: 15 mai. 2016.

UNICEF. **Democratic Republic of Congo: Statics**. 2010. Disponível em: <http://www.unicef.org/infobycountry/drcongo_statistics.html>. Acesso em: 10 jun 2016.

_____. Guide to the Optional Protocol on the Involvement of Children in Armed Conflict. Nova Iorque, dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.unicef.org/protection/option_protocol_conflict.pdf>. Acesso em: 20 jun 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 1261** (1999). Adopted by the Security Council at its 4037th meeting, on 25 August 1999.S/RES/1261 (1999).

_____. **Resolution 1314** (2000). Adopted by the Security Council at its 4185th meeting, on 11 August 2000, S/RES/1314 (2000).

_____. **Resolution 1379** (2001). Adopted by the Security Council at its 4423rd meeting, on 20 November 2001, S/RES/1379 (2001).

_____. **Resolution 1460** (2003). Adopted by the Security Council at its 4695th meeting, on 30 January 2003, S/RES/1460 (2003).

_____. **Resolution 1539** (2004). Adopted by the Security Council at its 4948th meeting, on 22 April 2004, S/RES/1539 (2004).

_____. **Resolution 1612** (2005). Adopted by the Security Council at its 5235th meeting, on 26 July 2005, S/RES/1612 (2005).

WITNESS. Protecting Child Soldiers In the Democratic Republic of Congo. 2012. Disponível em: < https://witness.org/portfolio_page/protecting-child-soldiers-democratic-republic-congo/>. Acesso em: 10 jun 2016.